



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

KARLA COSTA DE LIZ

**FUNCIONALIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA: A PERCEPÇÃO DOCENTE E OS PROCESSOS
INCLUSIVOS**

**FLORIANÓPOLIS
2017**

KARLA COSTA DE LIZ

**FUNCIONALIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA: A PERCEPÇÃO DOCENTE E OS PROCESSOS
INCLUSIVOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Educação Física.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gelcemar Oliveira Farias.

**FLORIANÓPOLIS
2017**

KARLA COSTA DE LIZ

**FUNCIONALIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA: A PERCEPÇÃO DOCENTE E OS PROCESSOS
INCLUSIVOS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, aprovada em sua forma final pelo Programa Pós- graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina.

Local, Florianópolis, 24 de novembro de 2017.

Prof^a Dr.^a Kelly Samara da Silva
Coordenadora Pós- graduação em Educação Física

Banca Examinadora:

Prof^a Dr.^a Gelcemar Oliveira Farias
Orientadora
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciência da Saúde e
do Esporte

Prof^a Dr.^a Marcia Campeão
Membro Externo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação

Prof^o Dr.^o Júlio Cesar Shmitt Rocha
Membro Efetivo
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos

Prof^o Dr.^o Luciano Lazzaris Fernandes
Membro Efetivo
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para meu pai João Carlos de Liz e para minha mãe Renilda Aparecida Costa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente e todos que fizeram parte da minha evolução humana, contribuindo na formação moral, espiritual e intelectual, diante de tantos desafios a serem enfrentados, sou eternamente grata!

A meus Pais João Carlos e, Renilda com carinho por serem meus companheiros de todas horas, no apoio incondicional e por mostrar o verdadeiro amor, amor este que superar sempre todos os obstáculos. Resumindo amor eterno como a imensidão do mar e das estrelas. À minha à família, em especial meus Avós Alaíde e João e Zilda Ana e Felix (In memoriam), pois com eles aprendi que a vida tem continuidade, mesmo com tantas adversidades.

A meus irmãos pelo universo Camila e Ricardo, minhas eternas companheiras de infância Fernanda e Martiniana, minha comadre desde a 1ª série dos anos iniciais Dayane, a minha companheira no palco vida Areta, a amiga da alegria Ariana, amiga que motivou o primeiro passo no mestrado Marília, Eder meu partner, a minha desbravadora da ilha da magia Jueryta, a amiga do paradesporto Fayola. Em nome de vocês agradeço a todos os amigos e amigas com quem compartilhei minha vida, dividindo sonhos, somando alegrias e diminuindo tristezas.

Aos paratletas Antônio Clodoaldo (Caio In memoriam) e Vinicius (Vini), em nome de vocês, agradecer a todos envolvidos como o paradesporto: paratletas, classificadores, técnicos, com vocês compreendi o que realmente pode se transformar com a classificação funcional.

Aos colegas classificadores Cláudio, Marli, Carlos, Elisa, Ijoel, Deny, Thaisa, Agnaldo, Brandão, Frazão, Tania e Ana Cecília agradeço pelos primeiros passos no conhecimento da classificação funcional.

Aos colegas de trabalho da Associação Serrana de Deficientes Físicos, Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, Associação Nacional de Desporto para Deficientes e ao Comitê Paralímpico Brasileiro, instituições estas que contribuíram na ação-reflexão da teoria e prática.

Ao Bob Adailton, que apareceu inesperadamente como uma brisa leve neste momento de tantas transformações em minha vida.

A minha orientadora Gelcemar Oliveira Farias, que, com paciência me compreendeu e com muita tranquilidade soube interpretar as angústias da vida e na transformação do processo educacional. Teve competência nos encaminhamentos da minha pesquisa teórica e metodológica, tendo também aberto para mim um caminho de

conhecimentos nos estudos sobre Formação dos Professores em Educação Física.

Aos professores os do Programa de Pós graduação em Educação Física da UFSC, e em especial os professores do laboratório, Gelcemar, Juarez, Júlio, Alexandra, Edson, Larissa e Michel por contribuírem no processo de meu amadurecimento intelectual. Aos colegas do Laboratório Pedagogia do Esporte, Marília, Carine, Raquel, Rafael, Vinicius, Mira, Alexandre, Ricardo, William, Felipe, Gabriela, Renato, Rodolfo, Vitor, Otavio, Daiane, Jeferson e Ana Flávia com vocês aprendi outro conceito do conhecimento. Aos professores da banca Marcia da Silva Campeão, Júlio Cesar Schimitt Rocha e Luciano Lazzaris Fernandes que, com suas experiências profissionais me inspiraram a se tronar uma professora melhor.

Enfim, a todos e a todas que de uma forma ou de outra, demonstraram solidariedade constante, o muito obrigada.

RESUMO

O presente projeto abordou a funcionalidade de estudantes com deficiência física e a percepção docente e os processos inclusivos nas aulas de Educação Física. O objetivo geral do estudo, foi analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da funcionalidade e o desenvolvimento da sua prática pedagógica com vista à inclusão de estudantes com deficiência física. Já os objetivos específicos pautam-se em averiguar o processo de inclusão educacional dos estudantes com deficiência física nas aulas de Educação Física; identificar as estratégias que o professor utiliza no desenvolvimento da prática pedagógica para a realização da classificação funcional dos estudantes com deficiência física e estabelecer uma linguagem entre a classificação funcional e a prática pedagógica dos professores de Educação Física. A pesquisa se caracterizará como descritiva, os dados coletados, foram analisados a partir da abordagem qualitativa. Participaram do estudo 23 professores de Educação Física, atuantes em 13 escolas públicas municipais de Florianópolis, que oferecem Atendimento Educacional Especializado – AEE, trabalhando com estudantes com deficiência física. Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, organizada a partir de temas geradores e os dados foram analisados considerando o processo de análise de conteúdo com o recurso do *software* NVivo versão 9.2. Os principais resultados da pesquisa foram que professores de Educação Física apontam que a classificação funcional, não traz benefícios exclusivamente motores, mas sim das relações sociais e pedagógicas. Nas considerações finais, se evidenciou que a classificação funcional pode se tornar uma estratégia de reconhecimento da pessoa com deficiência física, pois a inclusão faz parte das relações educacionais e sociais.

Palavras chave: Funcionalidade. Inclusão. Educação Física.

ABSTRACT

The following project approaches the study of functionality in physically handicapped people, along with the faculty perception and its inclusive processes in physical education classes. It aims to analyze the Physical Education teachers' perception on functionality and his pedagogical development, according to the inclusion of physically handicapped students. The specific goals ascertain the process of educational inclusion to physically handicapped students in P.E. classes; identify the strategies employed by the teacher, concerning his development on pedagogical practices in holding the functional rating of handicapped students and establish a language between the functional rating and the P.E. teachers' pedagogical practice. The research expatiates on describing writing, having the data, when collected, analyzed by the qualitative approach. Will take part in such study P.E. teachers, who act in the 23 schools that offer Specialized Educational Service (SES), from the municipal educational system of Florianópolis city, and work with physically handicapped students. For each data collection, will be used a semi-structured interview that will be organized according to the main themes. The data will be analyzed considering the content analysis process, employing the NVivo Software version 9.2. In the final considerations, that the functional classification can become a strategy of recognition of the person with physical disability, since the inclusion is part of the educational and social relations.

Key words: functionality. Inclusion. Physical education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Localização das unidades escolares polos	42
Tabela 2 – Unidade escolar e relação de professores de Educação Física	46
Tabela 3 – Caracterização da amostra	47
Tabela 4 – Tempo de atuação como professor de Educação Física na escola, na tempo de atuação como professor de estudantes com deficiência.	49

LISTA DE SIGLAS

ABRADECAR - Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas
AEE - Atendimento Educacional Especializado
AFLODEF – Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
ANDE - Associação Nacional de Desportos para Deficiência
ASDF - Associação Serrana de Deficientes Físicos
CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
FCD - Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência
FURB - Universidade Regional de Blumenau
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	19
1.2	OBJETIVOS.....	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos Específicos.....	21
1.3	JUSTIFICATIVA	21
1.4	DEFINIÇÃO DE TERMOS	26
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	26
2	REVISÃO DA LITERATURA	27
2.1	CORPO E CORPOREIDADE: CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA.....	27
2.2	O CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO CULTURAL DA DEFICIÊNCIA.....	28
2.3	O CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DAS PRIMEIRAS PREOCUPAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	30
2.4	DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO.....	32
2.5	A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL E A DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	33
2.5.1	Princípios da Classificação Funcional para o Deficiente Físico.....	34
2.6	DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL	36
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	39
3.2	CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO	39
3.3	PARTICIPANTES DO ESTUDO	42
3.4	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	43
3.5	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	43
3.6	CUIDADOS ÉTICOS.....	44
3.7	ANÁLISES DAS INFORMAÇÕES.....	44
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	45
4.1	CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO	45
4.2	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	50
4.3	OS PROCESSOS MEDIADORES DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICAS	55

4.3.1	Mediação das atividades propostas durante a aula de Educação Física.....	55
4.3.2	Estratégia do professor para a inclusão do estudante com deficiência física	60
4.3.3	Relação interpessoal dos estudantes com deficiência física.....	64
4.4	A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL NO OLHAR DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA SUA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	77
	ANEXOS.....	82
	ANEXO 1 - CARTA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS.....	82
	ANEXO 2 - CARTA PARA A ESCOLA	83
	ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	84
	ANEXO 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS, VÍDEOS E GRAVAÇÕES.....	88
	APÊNDICES	90
	APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	90

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

O processo de inclusivo no ambiente escolar é um movimento de interesse e de convergência, em todos os contextos, sendo de responsabilidade de toda sociedade. Assim, tange escola como um dos principais espaços para a disseminação do processo inclusivo, que precisa repensar não somente as suas dimensões físicas, as adequações técnicas e de engenharia, mas, sobretudo, as suas dimensões atitudinais, as competências humanas, as relações com a área da Educação Física escolar e as possíveis implicações destas com a Educação Adaptada e com a prática pedagógica (SILVA; SEABRA; ARAÚJO, 2008; ALVES; DUARTE, 2013).

A partir desta perspectiva, destaca-se que o processo de classificação funcional pode ser utilizado como mais uma avaliação que contribui na inclusão de estudantes com deficiência física no cenário escolar. Assim, este procedimento avaliativo na área da Educação Física, vai ao encontro da necessidade de aprimorar as reflexões acadêmicas sobre o papel que a mesma pode exercer junto a inclusão a realidade e a cada experiência dos estudantes (GORLA, 2009).

Conforme o documento da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), a classificação tem o intuito de trazer para o campo dos profissionais da saúde uma linguagem unificada e padronizada, bem como uma estrutura de trabalho que auxilie na descrição da saúde e de estados relacionados com a saúde. Neste instrumento legal, a classificação funcional permite descrever situações relacionadas com a funcionalidade do ser humano e as suas restrições, além de permitir uma comunicação eficiente entre os envolvidos no universo da pessoa com deficiência.

A funcionalidade e a incapacidade do ser humano, podem ser evidenciados na Classificação Internacional de funcionalidade uma ferramenta que permite descrever as restrições e uma forma de ajuste, para estabelecer informações como identificar a limitação, restrição da deficiência e das condições de saúde que se encontrar a pessoa (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2004).

Neste sentido, a educação especial neste processo da educação inclusiva, visa mediar o desenvolvimento físico-motor do estudante com deficiência física, para criar possibilidades que a funcionalidade provoca com a diversidade de habilidades, permitindo um equilíbrio na independência de recriar seu potencial por meio da família, da escola e

seus colegas, fazendo com que nas aulas de Educação Física sejam o meio de comunicação para o estudante alcançar o seu pleno desenvolvimento (ISRAEL; BERTOLDI, 2010).

A inclusão, como processo educacional, possibilita a transformação da prática educativa para que a pessoa com deficiência física possa buscar seu desenvolvimento psicossocial e ter a sua dignidade humana reconhecida (SOARES; CARVALHO, 2012). Não obstante, pode originar desconforto, manifestado pelo pré-conceito ou pela falta de conhecimento que ocorre, embora se saiba que as informações são disponibilizadas pelos meios de comunicação, movimentos sociais ou ainda pela escola. Para tanto, é preciso perceber o contexto do esporte e as aulas de Educação Física como meio de inclusão social (SILVA; SEABRA; ARAÚJO, 2008).

A classificação funcional percebe a deficiência física como uma condição humana que precisa ser entendida como parte das contingências sociais nas quais os sujeitos por vezes vivenciam. Permite ainda, a reflexão sobre as concepções de corpo, corporeidade e movimento, pois estes conceitos foram construídos e modificados ao longo da história da humanidade, que se consolidou a partir de uma perspectiva eurocêntrica que via no deficiente físico como um ser incapaz até de possibilitar a estes sujeitos perspectivas esportivas de rendimento e de sucesso, mas ligado à visão competitiva.

Neste sentido, o conhecimento dos docentes de Educação Física acerca da funcionalidade de estudantes com deficiência física, torna-se uma ferramenta metodológica no desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva. Os professores ao evidenciarem as potencialidades dos seus estudantes passam a refletir sobre sua prática educacional com vistas ao desenvolvimento psicossocial e cultural dos estudantes com deficiência física.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da funcionalidade dos estudantes com deficiência física no desenvolvimento da sua prática pedagógica, na perspectiva da inclusão educacional

1.2.2 Objetivos Específicos

- Averiguar o processo de inclusão educacional dos estudantes com deficiência física nas aulas de Educação Física;
- Identificar as estratégias que o professor utiliza no desenvolvimento da prática pedagógica para a realização da classificação funcional dos estudantes com deficiência física;
- Estabelecer uma linguagem entre a classificação funcional e a prática pedagógica dos professores de Educação Física.

1.3 JUSTIFICATIVA

No âmbito pessoal a trajetória de vida como profissional de Educação Física e professora de dança trouxe à tona a necessidade de dar continuidade aos meus estudos com relação à temática “movimento” que está relacionada à relevância que esta categoria vem assumindo em minha vida pessoal e profissional.

Na minha infância com apenas um ano de idade e alguns meses, meu pai sofreu um acidente de automóvel que o deixou paraplégico. A partir desta contingência da noite para o dia tive que juntamente com meu pai e minha mãe, aprender a reorganizar nossa vida familiar. No início meu pai não aceitava o fato de não caminhar, pois com o trauma do acidente fraturou a coluna vertebral limitando, assim, seus movimentos.

Durante este período intensifiquei a convivência com meu pai, pois ele teve que se afastar do trabalho e minha mãe continuou trabalhando para manter a família financeiramente. Dessa forma, cresci percebendo o quanto o movimento é fundamental na vida de um ser humano e esta experiência de conviver com uma pessoa com uma limitação física me proporcionou uma nova visão sobre a vida e a acessibilidade.

Dessa forma, na minha infância tive algumas experiências relacionadas ao movimento, mais especificamente a dança, já desde o início. Assim participei de um Grupo Tradicionalista Gaúcho em que se cultivava as tradições gauchescas, bem como no ensino fundamental, com a didática desenvolvida pela professora de Educação Física que buscava proporcionar experiências pedagógicas a partir de datas comemorativas, com a montagem de coreografias.

Essas experiências me aproximaram da dança, na infância e na adolescência, também fiz aulas de Ballet Clássico e Sapateado numa renomada escola de Ballet de Lages/Santa Catarina. Dancei durante 4

anos, após este período, no ano 1999 ainda continuei a fazer aulas de dança na Fundação Cultural de Lages a fim de aperfeiçoar minha técnica. Nesta instituição, fiz Ballet Clássico e Dança contemporânea durante três anos.

Ao terminar o ensino médio no ano de 2004, período em que deveria me decidir por qual curso de graduação iria fazer no vestibular, considerei que talvez fosse o momento em que deixaria de dançar, e havia também uma insistência de meus pais com relação a minha entrada na Universidade, mas pensava comigo mesma: queria uma experiência sobrevivendo da dança e só mais tarde ingressaria na Universidade.

Neste íterim a Companhia Cia Liberdade de Teatro Dança da cidade de Campinas/São Paulo veio a Lages para realizar apresentações em escolas públicas e privadas, bem como para oferecer oficinas de dança afro. Participando de uma das oficinas e, por já ter experiência em dança, os responsáveis pela companhia me convidaram para integrar ao grupo. Fiquei fascinada, pois era o que eu queria viver, e a partir de 2005 passei a residir em Campinas/São Paulo, onde era sede da companhia.

No ano de 2006, o trabalho da companhia se intensificou tendo em vista a preocupação dos gestores educacionais com a implementação da Lei 10.639/03 que tratava da obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Currículo Oficial das redes públicas e privadas. Com isso, as atividades de dança e teatro que tinham como foco a história, a cultura e resistência negra no Brasil, foram aprovadas pelo Ministério de Educação e Cultura. Passamos, então, a apresentar dois espetáculos, Saga dos Quilombos em Santa Catarina e Balé Afro, desenvolvendo atividades de dança e teatro para professores. Neste período fizemos apresentações em várias cidades dos diversos estados brasileiros, tais como: São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Depois de ter vivido esta experiência por um ano e meio resolvi retornar a Lages e, em julho de 2006 prestei vestibular para o curso de Educação Física na Universidade do Planalto Catarinense/UNIPAC. Desde o início me identifiquei com o curso e com as disciplinas e, ainda participei de várias experiências que fizeram reafirmar a minha ligação com o tema movimento e em especial com a dança. A primeira foi a disciplina de Dança Escolar, na qual pude perceber a importância da dança no processo educacional e segunda foi minha participação como professora de dança em um dos projetos desenvolvido pelo Núcleo de

Estudos Afro-brasileiros Negro Educação mesma instituição em que estudava.

No final do ano de 2007, recebi uma proposta de emprego num Hotel Fazenda em Gaspar/Santa Catarina, para trabalhar com recreação. Como já havia feito alguns cursos na área da recreação no período em que estava na Universidade resolvi encarar mais um desafio. Mudei-me para Gaspar e transferei meu curso para Universidade Regional de Blumenau/FURB em Blumenau/SC. Não me afastei da dança, pois ministrava aulas de dança, hidroginástica, assim como atividades recreativas para todos os hóspedes do hotel.

Então, ao final do curso, faltando apenas um ano para o encerramento, outra vez a incerteza, será que levo adiante a recreação ou retorno a dança que aos poucos fui deixando de lado. Quando entrei para sétima fase da faculdade o professor e coordenador da Pós-Graduação em Dança Educacional Centro Sul-Brasileira de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação na cidade Brusque/SC me convidou para ingressar na pós-graduação.

Dessa forma, a minha entrada no Curso de Especialização em Dança Educacional na referida instituição foi fundamental para dar maior legitimidade a minha formação acadêmica. Na matriz curricular do curso, tive várias disciplinas relacionadas à dança sempre com um enfoque didático pedagógico, mas houve algumas disciplinas com as quais me identifiquei, tais como: Danças Populares e Folclóricas e Dança Contemporânea.

Já no ano de 2011, tive mais duas oportunidades de trabalho em que pude relacionar a teoria e prática, pois já havia terminado a graduação e as disciplinas da especialização. Na primeira me reaproximei da dança, porém não mais como bailarina, mas como professora de Ballet Clássico na Escola de Arte de Lages, ligada à Fundação Cultural em que outrora tinha sido aluna de dança. Durante todo este período atuei com várias faixas etárias, de crianças a adolescentes, com o intuito de proporcionar aos alunos/as uma vivência artística e cultural. Na finalização do ano houve uma apresentação cultural em que os alunos demonstraram suas potencialidades.

Na segunda desenvolvi um trabalho na Associação Serrana de Deficientes Físicos de Lages - ASDF, atuei nesta instituição como técnica no treinamento de paratletas. Neste ínterim, me identifiquei com o trabalho e procurei fazer uma formação que me possibilitasse desenvolver meu trabalho com mais propriedade. Assim, durante o ano de 2013 participei de um curso de Classificação Funcional, oferecido pela Associação Nacional de Desportos para Deficiência - ANDE, além

do aporte teórico, houve estágios que foram realizados durante as etapas dos campeonatos que são distribuídos em etapas, das quais os paratletas participam a fim de obter classificações.

Segundo o manual de classificação funcional da Associação Nacional de Desportos para Deficiência – ANDE, a avaliação dos paratletas através da Classificação Funcional é uma atividade que objetiva minimizar o impacto da deficiência no resultado da competição e, assim avaliar todos/as um ponto inicial na sua classe funcional assegurando um agrupamento funcional mais justo possível. Por isso, no sistema, a avaliação funcional de paratleta é realizada por um classificador funcional de acordo com o esporte que o mesmo participa, permitindo assim a competição com seus pares com níveis semelhantes.

No ano de 2014, algo que considero relevante, aconteceu comigo, pois passei na seleção de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação Física na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. No primeiro ano cumpri as disciplinas do currículo que foram muito importantes no meu amadurecimento intelectual.

A partir de então passei a residir em Florianópolis e, como já tinha experiência na área da deficiência física, me identifiquei com o trabalho da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos - AFLODEF, e tornei-me funcionária desta instituição que tem o intuito de desenvolver as seguintes modalidades, Atletismo, Basquete sobre rodas, Bocha paralímpica e Natação, onde passei a atuar como diretora de esportes. É uma experiência diferente, pois coordeno as práticas paradesportivas e todos os profissionais de Educação Física, convênios e projetos relacionados ao paradesporto da AFLODEF.

Assim sendo, com este breve relato contextualizei como o movimento, se fez tão presente em minha vida pessoal e profissional, trazendo a necessidade de dar continuidade aos meus estudos. A preocupação com o projeto a funcionalidade do estudante com deficiência física e o processo de inclusão nas aulas de Educação Física é proporcionar uma base científica para a compreensão e o estudo da funcionalidade como um fator determinante para ampliar a inclusão dos estudantes com deficiência física nas aulas de Educação Física.

Neste momento, destaca-se que o projeto a funcionalidade do estudante com deficiência física e o processo de inclusão nas aulas de educação física desencadearam-se a partir de quatro aspectos que considero relevantes. O primeiro com a experiência vivenciada como professora de Educação Física na Associação Serrana dos Deficientes Físicos ASDF. Nesta instituição desenvolvi um projeto que tinha o intuito de oportunizar aos/as associados/as com paralisia cerebral e com

outras deficiências severas práticas paradesportivas como Atletismo e Bocha Paralímpica. Ao trabalhar com estes jovens e adolescentes, inicialmente percebi como conhecer da funcionalidade deles evidenciava suas potencialidades nos esportes em que os mesmos participava.

O segundo aspecto a ser considerado no desenvolvimento de um estudo sobre a classificação funcional de deficientes físicos e o processo de inclusão nas aulas de Educação Física surgiu a partir de um curso de Classificação Funcional de Bocha e Futebol Sete para paralisado cerebral, realizado pela Associação Nacional Desporto para Deficientes. Neste curso, mesmo sendo direcionado ao esporte adaptado me fez, naquele momento, entender que conhecer a funcionalidade de cada deficiente físico poderia introduzi-los com maior segurança nas aulas de Educação Física, pois permitiria aos professores (as) a percepção das potencialidades dos estudantes com deficiência.

O terceiro aspecto foram as oportunidade que tive nos anos de 2014 até os dias de hoje, atuar como classificadora nos diversos campeonatos realizados pela ANDE e apoiado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Neste ínterim, à medida que participava de uma nova competição, enquanto classificadora e professora de Educação Física, percebia que a classificação funcional não é apenas uma comparação de um deficiente com o outro, mas ela consiste em minimizar o impacto da deficiência no esporte no qual são realizados testes clínicos e físicos que proporciona um equilíbrio no momento da competição. Desta forma os resultados tendem a ser mais justos.

Um quarto aspecto, as observações do cotidiano escolar sobre a prática pedagógica desenvolvida com os estudantes com deficiência física que estudavam nas escolas onde eu trabalhava nas quais a falta de informação ganhava espaço para que estes estudantes não fossem introduzidos e, que em muitas vezes o simples fato de saber o diagnóstico dos estudantes com deficiência possibilitaria ao professor (a) compreensão das especificações de cada deficiência.

Diante dessa premissa, fez-se necessária a elaboração de uma questão dos caminhos da pesquisa. Nessa formulação, valorizou-se a contribuição da experiência de vida, articulada com as situações vivenciadas no campo profissional. Assim, a indagação é: qual a percepção dos professores de Educação Física acerca da classificação funcional e como este conhecimento pode contribuir no desenvolvimento da sua prática pedagógica com vista à inclusão de estudantes com deficiência física?

1.4 DEFINIÇÃO DE TERMOS

a) Classificação Funcional: permite descrever situações relacionadas com a funcionalidade do ser humano e as suas restrições (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2004);

b) Deficiência Física: ocorre por alteração do aparelho locomotor ou do sistema nervoso que compromete o movimento. Essa alteração pode ser de caráter genético, congênito ou adquirido (DUARTE; GORLA, 2009);

c) Estudante: criança ou adolescente matriculado na educação básica;

d) Inclusão: Pertencer e fazer parte de um contexto socioeducativo, possibilitar acesso e recursos (PILETTI, 2014).

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo delimitou-se em analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da classificação funcional no desenvolvimento da sua prática pedagógica para a inclusão de estudantes com deficiência física de escolas da rede municipal de Florianópolis/SC.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CORPO E CORPOREIDADE: CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

Na medida em que as leituras do mestrado relacionadas às disciplinas aconteciam, amadureci intelectualmente e, percebi que tinha um grande desafio pela frente, que era fazer uma reflexão sobre a realidade da qual vivenciei tanto pessoal como profissionalmente. Neste sentido, houve a necessidade de aprofundar as leituras, a fim de analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da classificação funcional no desenvolvimento da sua prática pedagógica, além de compreender que a classificação funcional de estudantes com deficiência física poderá contribuir no processo de inclusão nas aulas de educação física.

Como minha formação e atuação profissional estiveram ligadas ao corpo e movimento neste momento de vivência acadêmica, apresentou-se a oportunidade de entrar em contato com discussões acerca dos conceitos de corpo e de corporeidade. Na concepção teórica sobre a visão de mundo e a construção do conhecimento sobre a humanidade, entende-se que as concepções de homem e mulher e as relações sociais que se estabeleceram entre eles, estão intimamente ligadas ao corpo e ao movimento. “[...] antes de qualquer coisa, a existência é corporal” (BRETON, 2006, p. 7).

Este autor explicita que do corpo nascem e crescem as significações que dão sustentação a existência individual e coletiva, tornando-se o eixo da relação dos homens e das mulheres com o mundo. A partir da corporeidade homens e mulheres fazem do mundo a extensão de sua própria experiência (BARRETO, 2010).

Uma contradição entre as pessoas com deficiência e a sociedade, vivenciam que o valor pessoal não foram enfraquecidos por causa de sua forma física ou suas disposições sensoriais, mas objetivamente foram marginalizados historicamente. Era como se sua vida fosse mantida em suspense, pois se encontrava fora do mundo do trabalho, assistido pela seguridade social e não raras vezes afastado da vida coletiva por causa dos problemas de infraestrutura das cidades, principalmente no início do século XX (BRETON, 2006).

O homem deficiente é um homem com estatuto intermediário, um homem do meio-termo. O mal-estar que suscita vem igualmente da falta de clareza que cerca sua definição social. Ele nem é

doente, nem é saudável, nem morto, nem completamente vivo, nem fora da sociedade nem dentro dela (BRETON, 2006, p. 76).

Contemporaneamente o corpo e a corporeidade, começam a ganhar formas, o corpo aceito não como máquinas, mas numa abordagem de comunicação. A corporeidade transitara neste espaço. Que a formação global, corpo, mente e movimento se integram no biopsicossocial no mesmo tempo e espaço (BARRETO, 2010; SILVA; SEABRA; ARAÚJO, 2008).

A partir desta perspectiva, ao logo da história das sociedades modernas, uma das grandes conquistas do ser humano foi à democracia, baseada nos pressupostos da Revolução Francesa – liberdade, fraternidade e solidariedade –, foi construída a carta universal dos direitos do homem, mas o direito formal conquistado, pelos “*homens*” não se tornou realidade para um número significativo de homens e mulheres considerados como “os diferentes”, dentre eles as pessoas com deficiência.

Liz (2011) argumenta utilizando o pensamento de Santos (1995) que as transformações que a sociedade como um todo passa, traz a necessidade de uma nova articulação multicultural das políticas de igualdade e de identidade, ou seja, “temos direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre a que igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 1995, p. 41).

2.2 O CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO CULTURAL DA DEFICIÊNCIA

Neste primeiro momento, faz-se necessário contextualizar o conceito de deficiência nos diversos momentos históricos da humanidade e descrever como através dos tempos, se percebia a deficiência de forma mais ampla. Além de enfatizar a atuação dos movimentos das pessoas com deficiência física.

Carmo (1991) enfatiza que em algumas culturas que sobreviviam da caça e da pesca, os idosos, doentes e pessoas com deficiência eram abandonados pelo seu grupo de origem em ambientes hostis e a morte acontecia devido inanição ou por ataque a animais. O autor cita dois exemplos: o primeiro é o da tribo dos Esquimós que viveram entre os séculos XVII e XVIII em territórios atualmente Canadenses, onde deixavam as pessoas idosas e com deficiência a *sua própria sorte* em lugares de trânsito de ursos brancos para que fossem devorados, pois

acreditavam que estes animais eram sagrados; e o segundo seria a tribo dos indígenas Ajores que habitavam entre os rios Otunques e Paraguai, na Bolívia. A tribo matava os recém nascidos com deficiência e as pessoas idosas que ficavam com alguma deficiência eram enterradas vivas, na sua cosmovisão alguns tipos de mortes eram desejáveis, pois entendiam que a terra os protegeriam (CARMO, 1991).

Todavia este autor evidencia que existiam tribos que viam na deficiência como algo inerente à dinâmica do grupo. Entre o Sul do Suldo e o Congo, os Azande não relacionavam a deficiência física com intervenções sobrenaturais, as crianças com ou sem deficiência não eram abandonadas ou mortas. Outro exemplo é o da tribo Xangga que viviam no norte da Tanzânia, os mesmos não maltratavam crianças e adultos com deficiência, pois acreditavam que maus espíritos se apoderavam destes indivíduos em detrimento do bem-estar físico e mental do grande grupo (CARMO, 1991).

Segundo o pesquisador Apolônio Abadio do Carmo (1991), a concepção de que a deficiência é sinônimo de desarmonia ou atuação de maus espíritos esteve presente em diferentes períodos históricos. O autor toma como referência os Hebreus acreditavam que toda doença crônica e a deficiência física significava impureza ou pecado. “[...] a necessidade última que os povos tinham e tem de diferenciar e associar a maldade ao corpo desforme ou mutilado” (CARMO, 1991, p. 24). Por outro lado, na idade média as pessoas que apresentavam qualquer deficiência física, tinham poucas oportunidades de sobrevivência “[...] tendo em vista a concepção dominante de que essas pessoas possuíam poderes especiais, oriundos dos demônios, bruxas e/ou duendes malignos” (CARMO, 1991, p. 24).

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo ‘parecidos com Deus, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZZOTTA, 2011, p. 16).

Evidencia-se o entendimento social pessimista e que a condição de incapacidade, deficiência e invalidez é tida como estática, leva a sociedade a essa mesma paralisia. Esta perspectiva levou a uma omissão da sociedade no que diz respeito ao atendimento das necessidades das pessoas com deficiência. A partir de então, movimentos sociais

começaram a discutir medidas para que as pessoas com deficiência pudessem ter possibilidades de acesso ao meio social (MAZZOTTA, 2011).

2.3 O CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DAS PRIMEIRAS PREOCUPAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

O progresso das primeiras preocupações de atendimento à pessoa com deficiência deu-se na Europa com medidas educativas, passando por transformações e expandindo para os Estados Unidos, Canadá, como também para o Brasil e outros países. Os atendimentos especializados mostram que até o século XIX sofreram diversas alterações de expressões que se referiam ao atendimento educacional com as pessoas com deficiência: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social e Pedagogia Emendativa (MAZZOTTA, 2011).

Com relação à deficiência, dados históricos relevantes na colonização do Brasil entre os indígenas, revelam que não era comum encontrar “aleijados”, cegos, surdos, mudos, “coxos” (SILVA; SEABRA; ARAÚJO, 2008). Para algumas etnias indígenas, as crianças que nascessem com alguma deformidade congênita eram sacrificadas (SILVA, 1987). Nos demais grupos étnicos, a cegueira noturna, raquitismo, beribéri por conta da escassez alimentar, bem como os mutilados da decorrência de maus tratos, castigos físicos ou acidentes de trabalho também seriam fatores de incapacidade na época, em que muitas vezes eram sacrificados (SILVA; SEABRA; ARAÚJO, 2008).

Assim, as primeiras ações com instituições brasileiras para atendimentos à pessoa com deficiência foram: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), Instituto dos Surdos-Mudos (1887), e o Asilo dos Inválidos da Pátria para os militares pós-guerras. Portanto, no Brasil a reabilitação era reduzida e não davam conta da grande massa da população (SILVA; SEABRA; ARAÚJO, 2008).

Em 1930 a era militar e higienista culminou com a discriminação do diferente. Então a Portaria Ministerial de n. 13 de 1º de fevereiro de 1938 com o Decreto 21.241/38, proibiu a matrícula em escolas de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. Mesmo com a proclamação de que todos somos iguais perante a lei, pela Constituição de 1969, não garantiu a preocupação do Estado Brasileiro com relação às pessoas com deficiência (SILVA; SEABRA; ARAÚJO, 2008).

Na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo encontra-se em seus registros, que entre 1931 a 1932 iniciaram-se as primeiras providências ao processo educacional para as pessoas com deficiência física. Em 1932 foi criada uma turma especial estadual nomeada de Escola Mista do Pavilhão Fernandinho. Entre os anos de 1950 a 1969 o trabalho foi se dando forma e aumentando o número de turmas, junto ao Pavilhão Fernandinho da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Estas turmas funcionavam como turmas hospitalares, onde a professora fazia seu atendimento especializado ao estudante que era paciente do hospital. A cada ano o atendimento aumentava e em 1982 estava funcionando com dez turmas “especiais estaduais, administrativamente classificadas como escolas isoladas sob jurisdição da 13ª Delegacia de Ensino da Capital” (MAZZOTTA, 2011, p. 41).

Em 1943 foi fundada uma das mais importantes instituições que se preocupou com o atendimento especializado, a Lar-Escola São Francisco, que foi reconhecida como utilidade pública estadual na Lei n.3.354, de 30 de abril 1956. A referida instituição começou a prestar atendimento às pessoas com deficiência física, a partir de uma visita da fundadora do Lar-Escola São Francisco a senhora Maria Hecilda Campos Salgado que esteve no Pavilhão Fernandinho Simonsen levando uma das crianças da escola para internar.

Durante sua estada, evidenciou que as pacientes crianças quando recebiam altas não davam continuidade do tratamento. Como a senhora Maria Hecilda Campos Salgado estava trabalhando como voluntária no Abrigo de Menores, verificou que entre todas as crianças havia algumas que necessitariam de cuidados especializados (MAZZOTTA, 2011).

Eram quase todos sem família. Alguns “órfãos de pais vivos”, todos revoltados, desamparados, infelizmente. Queixavam-se de que os companheiros os chamavam de “aleijados”, “miseráveis”, paralíticos, e que a única coisa que poderiam fazer depois de adultos seria pedir esmolas ou vender bilhetes (MAZZOTTA, 2011, p. 41).

Como as crianças com deficiência necessitavam de atendimentos especializados, nenhuma instituição os recebia. Com esta complexidade, os diretores e voluntários (as) do Abrigo de Menores se sensibilizam e, desde então, criou-se uma turma de crianças que necessitavam de atendimentos especializados. Com o andamento das atividades, pensou-se em fundar uma entidade. “Sob a invocação de São Francisco, o

“povorello” de Assis, criou-se um LAR para aqueles que nunca o tinham tido; uma ESCOLA que lhes abrisse um caminho que os levasse a serem cidadãos úteis e independentes”, elementos positivos da coletividade (MAZZOTTA, 2011, p. 42). Neste ínterim, passou-se então, o Estatuto registrado no Serviço Social do Estado, e começou a desenvolver-se uma nova instituição, como sendo obra pioneira no Brasil no que diz respeito à reabilitação das pessoas com deficiência física.

2.4 DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

A preocupação com a deficiência e a reabilitação se deu a partir da realidade vivenciada pelos homens que se tornaram deficientes físicos no período da segunda guerra mundial. Assim, uma das vertentes explícita que as atividades físicas para deficientes iniciaram com o intuito de reabilitar jovens lesionados nas batalhas, que foram introduzidas pelo médico (neurologista e neurocirurgião) Ludwig Guttman, que acreditava ser parte essencial do tratamento médico para recuperação das incapacidades e integração social. A partir de então, vem se difundindo pelo mundo todo e, atualmente tornando fundamental na vida dos praticantes (ADAMS, 1985; ROSADAS, 1989; WINNICK, 2004).

O neurocirurgião alemão Ludwig Guttman iniciou um trabalho de reabilitação médica e social de veteranos de guerra, por meio de práticas esportivas. Tudo começou no Centro Nacional de Lesionados Medulares de Stoke Mandeville. O próprio neurocirurgião teve a vida influenciada pela guerra, pois teve de fugir da Alemanha Nazista por ser judeu.

Neste segundo momento, explicitar-se-ão as formas de intervenção à discussão da deficiência e, mais especificamente à física no Brasil. Os programas de Educação Física entre as décadas de 1930 e de 1950 consistiam de aulas regulares ou corretivas para alunos que hoje seriam considerados "normais".

Torna-se relevante evidenciar que vários foram os atores sociais que tomaram a frente o desafio e trataram a deficiência como uma contingência que precisava ser enfrentada em nível individual e social. Neste sentido, outro movimento social que teve relevância na luta pela implementação de políticas públicas para pessoa com deficiência física, a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes – FCD -, foi um movimento social internacional e ecumênico criado por Henri François que surgiu na França na década de 40 do século XX, aos quais os próprios doentes e os deficientes assumiam a sua direção e se

encarregavam de sua difusão. No Brasil iniciou em 1972, trazido por seminaristas em São Leopoldo (RS).

O objetivo da FCD era proporcionar condições para que cada fraternista pudesse superar seus conflitos pessoais na descoberta para a consciência coletiva e solidária e, de forma participativa, assumir sua história de vida como sujeito, bem como fazer as articulações com a sociedade na luta pela garantia de políticas públicas para os deficientes. Em meados dos anos noventa havia sedes em vários estados brasileiros, muitas destas por decisão dos membros se transformaram em associação de deficientes físicos ou intelectuais, passaram a atuar mais intensamente na área da reabilitação através do esporte.

Convém ressaltar que esse processo de transformação de Fraternidade de Doentes e Deficientes em Associações de deficiente não foi harmoniosa, pois havia participantes, principalmente articuladores ligados à hierarquizada Igreja Católica que não concordavam. A grande questão que tornava as discussões acalorada era a possibilidade que estas novas instituições teriam ao ter registro do CNPJ, pois acreditavam que estas mudanças se perderiam a mística do movimento.

2.5 A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL E A DEFICIÊNCIA FÍSICA

Teoricamente a classificação funcional adotada no esporte paralímpico consiste em executar um nivelamento com a deficiência e as potencialidades físicas e técnicas, incorporando cada classe funcional em seu grupamento. Permitindo um ajustamento igualitário nas práticas paradesportivas e na competição equiparada (MELLO; WINCKLER, 2012).

De acordo com Mello e Winckler (2012), o esporte para as pessoas com deficiência se evidenciou pós-guerra onde a quantidade de lesionados teve um número significativo e a classificação deu-se início em 1944 com enfoque clínico no qual, médicos e especialista da reabilitação classificavam as pessoas com deficiência pelo nível de lesão. Mas por conta que a classificação clínica observava quando as pessoas com deficiências praticavam atividades paradesportivas teriam vários aspectos discordantes, manifestavam diferentes potencialidades.

Mello e Winckler (2012) mencionam que a classificação passou por transformações, com a entrada de mais profissionais como educador físicos e fisioterapeutas. Os métodos, princípios e regras de cada modalidade paradesportiva têm seu desenvolvimento específico e o novo método se baseia nos resíduos musculares preservados com todo o volume de ações que a pessoa com deficiência possa desenvolver. Foi

em 1982 nos Jogos Parapan-americanos no Canadá que se utilizou esta nova adequação.

E, em 1984 foi aplicada no Mundial de Stoke Mandeville, na Inglaterra e nas Paralímpiadas de Seul em 1988 a nova classificação regularizada e testada oficialmente. Mesmo sendo reconstruída a classificação funcional, teve em seu início um número excessivo de classes funcionais, portanto começou a atrasar toda logística da competição (MELLO; WINCKLER, 2012).

Com esta demanda nas competições, o Comitê Paralímpico Internacional solicitou que os comitês e federações que trabalham com as modalidades paralímpicas e com pessoas com deficiência obtivessem suas metodologias e regras para classificação funcional, pois cada uma entenderia as suas particularidades específicas da modalidade em questão.

Em 1984 foi introduzida no Brasil a classificação funcional no campeonato de Basquete sobre rodas, onde a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas – ABRADecAR deu ponto de partida para classificação funcional. Em um segundo momento da classificação funcional, teve-se em discussão no Brasil em 1989, no 1º Seminário Internacional de Basquete sobre rodas onde se discutiu os objetivos da metodologia a ser desenvolvida na modalidade. Assim, em 1990 no Brasil, a classificação funcional se consagrou nos Jogos Interclubes de Atletismo em Cadeira de Rodas. E em 1994 a nova metodologia que cada comitê e federações de cada modalidade paralímpica foram demonstrados nos Jogos Paralímpicos de Atlanta (MELLO; WINCKLER, 2012).

2.5.1 Princípios da Classificação Funcional para o Deficiente Físico

A deficiência é considerada algo fora dos padrões estabelecidos pela sociedade, portanto os professores de educação física podem trabalhar com seus estudantes o que ele tem de funcionalidade e não com a deficiência (DUARTE; GORLA, 2009). As modalidades paralímpicas determinam a maneira de sua metodologia para o sistema de classificação, na classificação esportiva é subdividida em médica para as pessoas deficientes visuais, psicológicas para deficientes intelectuais e a funcional para as pessoas com deficiência física (MELLO; WINCKLER, 2012). É nessa perspectiva que o professor de educação física poderá estar desenvolvendo em suas aulas e introduzir seus estudantes com mais segurança.

Na classificação médica, constitui-se no diagnóstico da patologia, a deficiência nos resíduos comprometidos e nos funcionais do movimento. Na avaliação funcional compreende-se em observar a mobilidade e funcionalidade da pessoa com deficiência correlacionando com a prática esportiva.

As alterações do aparelho locomotor ou do sistema nervoso segundo Duarte e Gorla (2009), quando comprometido, limitará o movimento. Estas alterações da deficiência física podem ser de caráter genético, congênito e ou adquirido. No que tange a respeito da genética a distrofia muscular progressiva e as alterações do aparelho locomotor e no sistema nervoso.

As congênitas, displasias, amelias, luxações congênitas, malformações ósseas, estas ocorrem durante a maturação do feto e podendo não ter caráter genético. Nas adquiridas podem ter seguimento de traumas, o mais frequente seria a lesão medular por trauma na coluna vertebral e amputações. E os mielopatias, tumores, infecções e distúrbios que afetam o sistema nervoso, também levam alterações motoras. A paralisia cerebral aparece com considerável frequência. As maiores incidências nos quadros clínicos da deficiência física é a paralisia cerebral com encefalopatia crônica da infância, lesão medular e acidente vascular cerebral (DUARTE; GORLA, 2009).

A maneira de avaliação tem como princípio mais amplo, do que testar e atribuir graus, podendo ter três tipos de se avaliar funcionalmente como diagnóstico, formativo e somativa. O diagnóstico caracteriza o estudante com deficiência física e seus aspectos motores; e o formativo procura saber informações sobre seu objeto e traz uma correlação com o ensino-aprendizagem do avaliado juntamente com os profissionais. A somativa incluirá as avaliações realizadas verificando a evolução e a melhora (GORLA et al., 2009).

A avaliação é um instrumento que possibilita conhecermos a situação e o desenvolvimento de determinado sistema (PFEIFER; CRUZ, 2008). A importância que os deficientes físicos podem alocar em programas de melhor otimização para seu aprendizado, servirá para determinar se o avaliado precisa passar com mais criteriosidade, podendo identificar os pontos fortes e fracos. As potencialidades vêm a partir das capacidades, da variedade de situações observada em diversos momentos.

Ao que se refere ao Esporte Adaptado, atualmente o objetivo é atender as necessidades das pessoas com deficiências, tomando-o como veículo de integração, reabilitação social e de movimentos (OLIVEIRA, 2005). Neste sentido, os professores de Educação Física, que estão

atuando na área escolar, devem ter conhecimentos básicos a respeito de seus alunos, proporcionando assim, um melhor atendimento igualitário, portanto será necessário repensar as práticas educativas a fim de que na escola as crianças deficientes sintam-se reconhecidas em sua dignidade humana.

2.6 DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL

O futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de esforços coletivos e de uma revisão no conceito de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e de todos, para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos (MENDES, 2006). A inclusão é um aspecto de interesse e de convergência, sobretudo no ambiente escolar, sendo de responsabilidade de toda sociedade.

A partir desta premissa, a escola como um dos principais espaços para a disseminação do processo inclusivo e, como tal precisa repensar não somente as suas dimensões físicas, nas adequações técnicas e de engenharia, mas referem-se as suas dimensões atitudinais, as competências humanas, as relações com a área da Educação Física Escolar e as possíveis implicações dessas relações com a Educação Física Adaptada e com a prática pedagógica atual (SILVA; SEABRA; ARAÚJO, 2008).

Graças a estas iniciativas atualmente vista na perspectiva de inclusão social e educacional dos estudantes com deficiência, ainda se destaca no documento da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1996). Por meio deste documento, o Ministério da Educação estabelece as Diretrizes da Educação Especial, com o intuito de apoiar o sistema regular de ensino para a inserção de pessoas com deficiência, e dar prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração (BRASIL, 1996).

Este documento faz referência a Constituição Federal de 1988 elegeu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV) (BRASIL, 1996).

Garante ainda expressamente o direito à igualdade (art. 5º), e trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito de Todos à educação. Esse direito deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205).

Portanto, a Constituição garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa (BRASIL, 1996).

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, de 20/12/96 em substituição a 4024/61 e 5692/71, vem caracterizar a natureza do atendimento especializado e, para que os professores consigam atingir os seus objetivos, é necessário que se tenha um serviço de apoio funcionando a criança e adolescente com deficiência desenvolvam suas potencialidades psicossociais, através de uma ação educativa com qualidade que seja realizada e levando em consideração as suas limitações físicas ou intelectuais (BRASIL, 1996). Assim, as políticas relacionadas à educação brasileira, ao se esforçar para dar conta do desafio que é imposto pela inclusão, vêm propondo alternativas educacionais para que haja concretização da igualdade.

A partir dessa premissa a classificação funcional pode se tornar relevante para que a pessoa com deficiência física possa ser percebida, em suas potencialidades, otimizando, seu aprendizado em diversos aspectos de sua vida. Assim, se faz necessário retomar a indagação inicial: a classificação funcional de estudantes com deficiência física contribui no processo de inclusão nas aulas de educação física. Ou ainda lembrar o intuito desta pesquisa que caminha na direção de analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da classificação funcional no desenvolvimento da sua prática pedagógica para a inclusão de estudantes do ensino fundamental com deficiência física.

Neste sentido, a percepção de como a classificação funcional de estudantes com deficiência físicas pode se tornar uma ferramenta metodológica no desenvolvimento de uma prática pedagógica mais consciente e interativa. Assim, evidenciará o processo de inclusão educacional de crianças e adolescentes com deficiência física e trará a possibilidade da reflexão sobre a prática educativa com vistas ao desenvolvimento psicossocial e cultural das crianças com deficiência física.

A partir desta perspectiva se faz necessária a compreensão das implicações educacionais das políticas para deficientes físicos e intelectuais, enfatizando a relevância desta temática na formação dos professores (as) com ênfase à educação física adaptada e relevância dos conhecimentos sobre classificação funcional na formação do professor (a) de Educação Física.

Cabe aos profissionais da educação física entender a deficiência física como uma condição humana que faz parte das contingências sociais nas quais homens e mulheres estão sujeitos. Além da reflexão sobre as concepções de corpo, corporeidade e movimento, pois estes conceitos foram construídos na história da humanidade a partir de uma perspectiva eurocêntrica que via no deficiente físico um ser incapaz (BRETON, 2006).

Assim, o presente estudo que se realizou no desenvolvimento da dissertação, evidenciou o processo de inclusão educacional de crianças e adolescentes com deficiência física. Trouxe ainda, a possibilidade da reflexão sobre a prática educativa com vistas ao desenvolvimento psicossocial e cultural das crianças com deficiência física. A partir desta perspectiva, pode-se destacar o processo de classificação funcional como um dos mediadores da inserção de estudantes com deficiência física no contexto educacional.

Dessa forma, a classificação foi investigada na área da Educação Física, pois vem ao encontro da necessidade de aprimorar as reflexões acadêmicas sobre a inclusão de todos no Esporte Adaptado, adaptando a realidade, com as limitações e experiências de cada estudante (GORLA, 2009). Portanto, a inclusão como processo educacional defende uma transformação da prática educativa como pré-requisito para que as pessoas com deficiência física possam buscar seu desenvolvimento psicossocial e cultural e assim, ter a sua dignidade humana reconhecida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa se caracterizou como descritiva, pois por meio dela buscou-se compreender e analisar as características, ou ainda, as conexões presentes na realidade pesquisada, sem a interferência do pesquisador sobre o tema investigado, buscando encontrar a frequência com que um fenômeno ocorre (THOMAS; NELSON, 2002).

Além disso, os dados coletados foram analisados a partir da abordagem qualitativa, considerando toda sua dimensão, caracterizando-os pela ênfase na qualidade das entidades, processos e significados dos fenômenos investigados, os quais não são classificados nos parâmetros de quantidade, soma, intensidade ou frequência, nem reduzidos a dados simbólicos numéricos (BOGDAN; BIKLEN, 2006).

Neste sentido, Bogdan e Biklen (2006) afirmam que a “[...] investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (p. 49). E para Minayo (2008), o método qualitativo tem como intuito compreender as “[...] relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem [...] sentem e pensam” (p. 56-57).

Os estudos descritivos de abordagem qualitativa obrigam o pesquisador a analisar o contexto de uma forma que ultrapasse a simplicidade, considerando o caráter provisório do conhecimento e a complexidade da realidade, sendo relevante o uso de estratégias que a explicitem e levem a uma compreensão e interpretação o mais próximo possível do contexto sócio – histórico e cultural (BOGDAN; BIKLEN, 2006). A partir deste entendimento, optou-se por trabalhar com uma metodologia que pudesse estar subsidiar esta compreensão da realidade, no que tange a classificação funcional nas aulas de Educação Física, com o intuito de compreender as subjetividades das ações humanas.

3.2 CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO

O estudo foi desenvolvido nas escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Florianópolis as quais possuem o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O objetivo do AEE, possibilitar ao estudante com deficiência um atendimento específico

para permitir a comunicação do estudante com o meio pedagógico. A partir do levantamento realizado, das 36 unidades básicas escolares do município, 27 são aquelas contempladas como escolas polos, nas quais têm o AEE inserido nas suas unidades educacionais.

Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se como a principal ação da Educação Especial. É respaldado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), quando a mesma descreve em seu artigo 208 que a educação é direito de todos. Desta forma, o AEE às pessoas com deficiência, é realizado preferencialmente na rede regular de ensino e, é amparado pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva publicada pelo Ministério da Educação que em 2008 define o AEE como um serviço da Educação Especial (SCHIRMER et al., 2007).

Este atendimento é preferencialmente realizado nas escolas do ensino regular, que, por meio de professores, realizam uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares, com o intuito de melhorar a sua comunicação, aprendizagem e a sua mobilidade. Para que aconteça efetivamente este atendimento, neste mesmo espaço, acontece o uso da Tecnologia Assistiva (TA), utilizada para proporcionar recursos e serviços que auxiliem nas habilidades do estudante com deficiência (SCHIRMER et al., 2007).

As tecnologias assistivas são recursos utilizados para identificar o arsenal de possibilidades e de serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. Por esse motivo, o Atendimento Educacional Especializado faz uso da Tecnologia Assistiva direcionada à vida escolar do educando com deficiência física, visando à inclusão escolar.

Neste viés, a Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento interdisciplinar articuladora de produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que devem estar disponibilizado as pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, com intuito de promover a funcionalidade, a participação e a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007).

A Tecnologia Assistiva, traz como princípio as necessidades da pessoa com deficiência sem desconsiderar a interação com o ambiente e com as outras pessoas. Assim, Israel e Bertoldi (2010) ressaltam ainda que, melhorar a funcionalidade de uma estrutura corporal só terá sentido e significado se a relação com o outro, a participação e a atividades estiverem garantidas.

Neste sentido, as salas de recursos multifuncionais, intitulada também como multimeios são espaços localizados nas escolas públicas de educação básica onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Elas são constituídas de mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos. Estas salas permitem que o AEE, feito no turno oposto ao da sala de aula comum, seja realizado na própria escola em que o estudante frequenta ou em outra escola próxima a sua, denominadas como escolas polo (BRASIL, 2010).

Considerando o contexto do Atendimento Educacional Especializado, são as 27 escolas polos do município de Florianópolis as seguintes unidades escolares.

TABELA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES POLOS

<i>Nº</i>	<i>Unidade Escolar</i>	<i>Bairro</i>
1.	Creche Almirante Lucas	Centro
2.	Creche Celso Pamplona	Jardim Atlântico
3.	Creche Celso Ramos	Centro
4.	Creche Idalina Ochoa	Carianos
5.	E. B. Acácio Garibaldi	Barra da Lagoa
6.	E. B. Almirante Carvalhal	Coqueiros
7.	E. B. Anísio Teixeira	Costeira do Pirajubaé
8.	E. B. Batista Pereira	Ribeirão da Ilha
9.	E. B. Brigadeiro Eduardo Gomes	Campeche
10.	E. B. Dilma Lucia Santos	Armação
11.	E. B. Donícia Maria da Costa	Saco Grande
12.	E. B. Herondina Medeiros Zeferino	Ingleses
13.	E. B. Intendente Aricomendes da Silva	Cachoeira do Bom Jesus
14.	E. B. João Alfredo Rohr	Córrego Grande
15.	E. B. João Gonçalves Pinheiro	Rio Tavares
16.	E. B. José Amaro Cordeiro	Morro das Pedras
17.	E. B. José do Vale Pereira	João Paulo
18.	E. B. José Jacinto Cardoso	Serrinha
19.	E. B. Luiz Cândido da Luz	Vargem do Bom Jesus
20.	E. B. Maria Conceição Nunes	Rio Vermelho
21.	E. B. Maria Tomázia Coelho	Santinho
22.	E. B. Osmar Cunha	Canasvieiras
23.	E. B. Osvaldo Machado	Ponta das Canas
24.	E. B. Virgílio dos Reis Varzea	Canas Vieiras
25.	E. B. Vitor Miguel de Souza	Itacorubi
26.	NEI Otilia Cruz	Estreito
27.	NEI Raul Francisco Lisboa	Santo Antônio de Lisboa

Fonte: Da Autora (2017).

3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

A população foi composta pelos professores de Educação Física, atuantes nas 13 escolas que oferecem Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, que trabalham com estudantes com deficiência física. Considerado estas escolas polos, vinculadas à rede municipal de ensino de Florianópolis/SC, para a seleção dos professores de Educação Física, foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

- Possuir graduação em Educação Física;
- Estarem vinculados as escolas polo;
- Ter estudantes com deficiência física em suas turmas;

- Atuar no ensino fundamental no momento do estudo.

Por sua vez, os critérios de exclusão dos professores de Educação Física foram:

- Estar atuando em cargos administrativos ou afastados por qualquer tipo de licença;
- E professores de Educação Física que trabalhem, com outras deficiências não associadas com a deficiência física.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

As informações foram coletadas a partir de entrevista semiestruturada (apêndice 1) e organizadas em torno de temas geradores com intuito de analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da classificação funcional no desenvolvimento da sua prática pedagógica, além da compreensão de como a classificação funcional de estudantes com deficiência física poderá contribuir no processo de inclusão nas aulas de educação física.

Com relação aos temas eles estão relacionados à formação inicial dos profissionais de educação física, seus conhecimentos sobre a classificação funcional e sua utilização na perspectiva de uma prática pedagógica inclusiva. Por fim, uma entrevista semiestruturada abraça de forma ampla o pesquisado e contempla todas as informações dispostas durante a coleta de dados, podendo ser evidenciado que o quanto mais o pesquisador avança, mais os elementos de enquadramento se aprimoram (KAUFMANN, 2013).

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

A pesquisa tramitou em várias instâncias na Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (anexo 1), a saber setor de pesquisa, setor Educação Física, setor da educação especial e retornou ao setor da pesquisa onde obteve a confirmação da avaliação positiva do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC). Após a provação do referido comitê as escolas foram contatadas (anexo 2) para iniciar o processo de pesquisa com os professores de Educação Física, atuantes nas 13 escolas polos que ofereciam Atendimento Educacional Especializado (AEE) e que atuam com estudantes com deficiência física.

Para tanto, a coleta foi realizada a partir de um contato inicial com a gestão da escola, e, agendamento com os professores de Educação Física para explicitar os objetivos da pesquisa, sobre o termo

de consentimento livre esclarecido (anexo 3) e sobre o termo de consentimento para fotografias, vídeos e gravações (anexo 4). Neste momento, enfatizou-se que a sua identidade seria mantida em sigilo, e eu seria utilizado para a gravação de voz e, com relação à análise dos dados se obteve cuidado nas transcrições das entrevistas, de modo a evitar a identificação dos professores. Por fim, marcou-se um dia adequado para os professores (as) para a realização da entrevista.

3.6 CUIDADOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo que aprovado a partir do parecer 1.935.319/2016. A participação dos professores ocorreu somente depois da explicação, leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e do termo de consentimento para fotografias, vídeos e gravações. Convém ressaltar que a identidade dos participantes foi mantida em sigilo, evitando-se assim qualquer tipo de constrangimento.

3.7 ANÁLISES DAS INFORMAÇÕES

Na sistematização dos dados se utilizou o programa do *software* QSR NVivo, versão 9.2 para organizá-los conforme as categorias que emergiram das respostas emitidas pelos professores investigados. As informações coletadas, segundo Bardin (2011), são organizadas em torno de três momentos:

Pré-análise: fase de organização que possui o intuito de tornar operacional e sistematizar as ideias iniciais (escolha dos documentos a serem submetidos à análise, formulação das hipóteses e dos objetivos, elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final);

Exploração do material: aplicação das decisões tomadas (manualmente ou por computadores), consistindo essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, de acordo com as regras formuladas previamente;

Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: tratamento dos resultados para que se tornem significativos e válidos. Neste sentido foram transcritas e analisadas as entrevistas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise dos resultados abordou o cenário de investigação, que descreveu os professores participantes do estudo e as suas características, em seguida foi apresentado o contexto da formação profissional dos professores de Educação Física para a inclusão do estudante com deficiência física considerando a necessidade para o desenvolvimento da prática pedagógica, os processos mediadores da inclusão educacional dos estudantes com deficiência física nas aulas de Educação Física e, por fim a classificação funcional no olhar dos professores de Educação Física.

4.1 CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO

Estudar e investigar a percepção dos professores de Educação Física acerca do desenvolvimento da sua prática pedagógica com vista à inclusão de estudantes com deficiência física nos faz refletir como seriam relevantes os conhecimentos teóricos e metodológicos sobre classificação funcional, a fim de compreender as particularidades da pessoa com deficiência física.

O estudo teve como foco a Secretaria de Educação de Florianópolis, a qual conta com 36 unidades educativas, sendo que 27 contemplam as escolas polos, e apresentam no seu cotidiano o Atendimento Educacional Especializado. Como descrito anteriormente, este atendimento implementa metodologias e recursos pedagógicos acessíveis para cada funcionalidade do estudante com deficiência. Destaca-se que das 27 escolas mencionadas, 20 apresentam o ensino fundamental completo, sendo que 13 escolas fizeram parte deste estudo.

O fato do estudo não contemplar todas as escolas de ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis está relacionado ao agendamento da coleta de dados com os professores de Educação Física, bem como a inexistência de alunos com deficiência matriculados (tabela 2).

TABELA 2 – UNIDADE ESCOLAR E RELAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

N	Unidade escolar	Professores	Sexo	
			F	M
01	E. B. A	02	01	01
02	E. B. B	02	01	01
03	E. B. C	02	01	01
04	E. B. D	01	0	01
05	E. B. E	02	02	0
06	E. B. F	03	01	02
07	E. B. G	01	0	01
08	E. B. H	03	02	01
09	E. B. I	01	01	0
10	E. B. J	01	0	01
11	E. B. K	01	0	01
12	E. B. L	02	02	0
13	E. B. M	02	01	01
Total		23	12	11

Fonte: Autoria própria (2017).

Fizeram parte do estudo 23 professores de Educação Física, destes 12 é do sexo feminino e 11 do sexo masculino, conforme manifestação dos próprios entrevistados. As idades dos professores variaram de 25 a 57 anos. Desta forma, o estudo contemplou 4 professores com idade até 30 anos; 11 de 31 a 40 anos; 4 de 41 a 50 anos e 4 com mais de 51 anos de idade. Em relação ao estado civil dos professores, 8 se declaram solteiros, 12 informaram que são casados e três relataram que estão em outra situação.

No que tange a formação profissional dos professores, constatou-se que além da formação inicial em Educação Física, o estudo também contou com docentes especialistas, mestres e doutores. Assim, somente 1 professor ainda está em formação, sete possuem o ensino superior completo, um está cursando a especialização, quatro são especialistas, um cursando o mestrado, sete são mestres e apenas 1 professor tem doutorado completo (tabela 3).

TABELA 3 – CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Características sócio demográficas	Professores
Idade	
Até 30 anos	04
De 31 a 40 anos	11
De 41 a 50 anos	04
Mais de 51 anos	04
Sexo	
Feminino	12
Masculino	11
Estado civil	
Solteiro	08
Casados	12
Outras situações	03
Formação	
Superior incompleto	01
Superior completo	07
Especialização incompleta	01
Especialização	04
Mestrado incompleto	01
Mestrado	07
Doutorado	01

Fonte: Autoria própria (2017).

Para classificar os professores no estudo em relação ao tempo de carreira, foi utilizada a classificação de Farias e Nascimento (2012), os quais discorrem sobre cinco ciclos, pelos que perpassam os docentes no decorrer da intervenção profissional, entre eles: Entrada na carreira (1 a 4 anos de docência); Consolidação na carreira (5 a 9 anos de docência); Afirmação e diversificação na carreira (10 a 19 anos de docência); Renovação da carreira (20 a 27 anos de docência) Maturidade na carreira (28 a 38 anos de docência).

Ao analisar o tempo de atuação no magistério, identificou-se que seis professores estão no ciclo de entrada da carreira, seis no ciclo de consolidação na carreira, no ciclo de afirmação e diversificação na carreira se encontram sete professores, um professor está no ciclo de

renovação na carreira, enquanto que três professores encontram-se no ciclo de maturidade na carreira.

O tempo de intervenção no magistério se torna relevante, pois permite que o docente no decorrer da sua atuação apresente características e adquira competências para a construção do conhecimento em distintos contextos. Mediante a experiência acumulada ao longo dos anos, foi possível identificar que cinco professores de Educação Física investigados já atuam até 3 anos em escolas com estudantes com deficiência física, sendo que o período com maior representatividade de docentes foi o de três a cinco anos de intervenção, composto por 10 professores. O tempo de 5 a 10 anos, foi a segunda fase de maior concentração de docentes perfazendo um total de sete, por fim a atuação de 10 a 20 anos com estudante com deficiência contou com apenas um professor. Cabe ressaltar, dos 23 professores investigados 14 professores apontaram que já tiveram experiência profissional com pessoas com deficiência, em projetos, academias, associações entre outros espaços educativos (tabela 4)

TABELA 4 – TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA, NA TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFESSOR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.

Tempos de atuação	Professores
Tempo de atuação profissional	
De 1 a 4 anos	06
De 5 a 9 anos	06
De 10 a 19 anos	07
De 20 a 27 anos	01
De 28 a 38 anos	03
Tempo de atuação na escola investigada	
Até 3 anos	13
De 3 a 5 anos	03
De 5 a 10 anos	04
De 10 a 20 anos	01
De 20 a 32 anos	01
Não respondeu	01
Tempo de atuação com estudante com deficiência física	
Até 3 anos	10
De 3 a 5 anos	05
De 5 a 10 anos	07
De 10 a 20 anos	01
Atuação em outros contextos com deficientes físicos	
Sim	14
Não	07
Não respondeu	02

Fonte: Autoria própria (2017).

Desta forma, identificamos às unidades escolares e relação de professores de Educação Física, a caracterização dos sujeitos, considerando o seu tempo de atuação como professor de Educação Física, na escola investigada, tempo que atuou como professor de estudantes com deficiência física e se teve em outros contextos.

4.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Para pensar a inclusão do estudante com deficiência física no contexto escolar, se faz necessário entender de como se dá a formação do professor especialista preocupado com questões peculiares da comunidade e do professor generalista com uma visão mais egocêntrica para com a sua comunidade e, assim, reelaborar a construção das práticas pedagógicas inclusivas. Essa reflexão nos permite entender como estão as preocupações com a formação inicial e no que se refere às experiências profissionais.

Quando nos reportamos a um professor especialista, abordamos que o mesmo correlaciona o seu conhecimento com os estudantes, levando em conta suas especificidades. Já o professor generalista tem mais dificuldades com as preocupações na formação de seus estudantes dentro de suas necessidades educacionais especiais (BURIGO, 2002). Portanto, evidencia-se que a construção do saber do professor de Educação Física é contemplada pelas experiências que antecedem a formação inicial, a partir das relações que se priorizam na formação e na atuação como professor (FARIAS; NASCIMENTO, 2012).

Cabe destacar que a educação especial na formação inicial dos professores, está amparada nas Diretrizes Curriculares Nacionais, pois os cursos de formação de professores de nível superior devem viabilizar em seus currículos, conteúdo e metodologia específicos das respectivas áreas do conhecimento (BRASIL, 2015). No que tange o conhecimento do professor de Educação Física acerca da deficiência física na formação inicial e continuada, é necessário o entendimento sobre as diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade (BRASIL, 2004).

Neste sentido, há que se implementar também estratégias mais próximas à realidade do professor de Educação Física que contribuirá na construção do conhecimento para elaboração de programas de formação continuada relacionada ao tema inclusão. Assim teremos respostas às provocações lançadas pela proposta da inclusão escolar (CRUZ, 2008).

A inclusão é um tema em construção e implantada na legislação brasileira, que a cada ano se modificada para garantir o acesso e a permanência do estudante com deficiência nas escolas regulares. Apesar de existir todo um amparo legal para os cursos de formação inicial de Educação Física com oferecimento de disciplinas na Educação Física Adaptada nos cursos universitários, a escola, professores e a

comunidade não se consideram preparados para a inclusão educacional dos estudantes com deficiência (MUNSTER; AVERSAN, 2011).

Os professores de Educação Física têm encontrado problemas, em atender a demanda de estudantes com necessidades educacionais, como a falta de conhecimento profissional advindo de formação inicial no que diz respeito ao tema pessoa com deficiência (FIORINI, 2011); o desconhecimento sobre as funcionalidades de cada deficiência e suas características específicas revela a importância do trabalho multidisciplinar para consolidação do conhecimento na formação inicial para a prática pedagógica do professor de Educação Física.

Em relação aos dados do estudo e, especificamente, sobre a o conhecimento adquirido pelo professor na formação inicial sobre a deficiência física, ressaltamos que 14 professores de Educação Física tiveram uma disciplina com ênfase na temática sobre a deficiência física e nove afirmaram que não obtiveram este conhecimento durante seu tempo de formação.

Analisando as respostas dos professores de Educação Física a respeito do conhecimento da deficiência física, cabe ressaltar que estes foram adquiridos nas diversas fases e em distintas disciplinas da formação inicial, em experiências no estágio adaptado, nas disciplinas relacionadas aos esportes adaptados (nas quais ocorreu a discussão sobre deficiência física), além da participação em atividades teóricas e práticas vinculadas aos projetos na Universidade.

Os professores relataram a superficialidade de como foi abordado a temática deficiência física durante a sua formação inicial, pois as matrizes curriculares, mais antigas como eles faziam referência, não atendiam a produção deste conhecimento atuar com estes estudantes com deficiência física. Isso faz recordar no que o Decreto nº 5.296 de dezembro de 2004 subentende a deficiência física é,

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, triplegia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

A política educacional nacional no que se refere às diretrizes para a educação especial, ressalta a inclusão dos estudantes com necessidades

educacionais especiais, contemplando a deficiência física, o que significa no contexto escolar, a substituição do modelo racionalista predominante na prática docente, fundamentado na padronização, na objetividade, na eficácia, para uma nova concepção de educação inclusiva, enquanto um sistema acessível, alicerçado do ser, do fazer e do conviver (BRASIL, 2006).

O professor de educação Física independentemente da formação profissional tem como responsabilidade na sua prática pedagógica, driblar as barreiras impostas por um padrão normativo, permitindo que o estudante com deficiência física possa acessar as diferentes formas da aprendizagem, considerando que o desenvolvimento motor pressupõe alterações do movimento do ser humano, e a aprendizagem motora evidencia-se através dos processos facilitadores para aquisição de habilidades (ISRAEL; BERTOLDI, 2010).

A inclusão das pessoas com deficiência no esporte proporciona a valorização de suas capacidades perante a sociedade, pois o esporte adaptado promove o reconhecimento das elegibilidades a partir de sua patologia, de acordo com os objetivos de cada modalidade e pessoa participante (PEDRINELLI; NAABEIRO, 2012). A prática de atividades adaptadas no contexto escolar não difere das práticas específicas de cada modalidade, na escola o professor de Educação Física deve encorajar o estudante a criar as suas próprias habilidades e adaptações necessárias.

Quando perguntamos aos professores sobre o conhecimento relacionado ao esporte adaptado em sua formação inicial, 13 professores confirmaram que cursaram alguma disciplina que abordou o esporte adaptado, mencionam também que geralmente em outras disciplinas, as quais podem estar relacionadas as modalidades esportivas abordavam algum jogo adaptado. As respostas emitidas pelos docentes destacam esta afirmação:

Teve, uma disciplina de esporte adaptado. A turma foi dividido em grupos e cada um era responsável por uma modalidade, então cada grupo teve que se especializar numa modalidade dar uma aula teórica e também dar a prática de cada modalidade (PEF 1).

[...] tive uma ótima formação, passando por todos os esportes paralímpicos (PEF 2).

Contagiantes eram as lembranças que traziam emoções no momento em que os docentes relembavam as suas experiências. Tornou-se preocupante as negações na formação inicial, onde 10 professores mencionam a não presença de disciplinas obrigatórias e a abordagem superficial que permeia o conhecimento relacionado às deficiências intelectuais, físicas e seus desdobramentos nas estratégias a serem utilizadas na prática pedagógica com crianças e adolescentes com deficiência física.

Alguns adquiriram o conhecimento sobre o esporte adaptado quando cursaram a especialização, ou seja, em cursos *lato sensu*, ou ainda que tiveram contato com este conhecimento em suas próprias experiências como professores. Fato que pode ser destacado na fala dos docentes. Estas afirmações explícitas têm como relevância agregar conhecimentos extracurriculares, para o bom desenvolvimento da prática pedagógica e coerência na aprendizagem dos estudantes com deficiência física.

É coerente destacar que a formação inicial em Educação Física, deve contemplar o conhecimento necessário para a sistematização dos conteúdos programáticos em cada série ou ciclo escolar, de modo que vise às atividades lúdicas e esportivas, o respeito à dignidade em reconhecer e valorizar as habilidades do desenvolvimento das competências corporais de cada estudante.

Não, tive uma abordagem bem superficial. Tinha um laboratório que se dedicava a isso, só para quem quisesse dar continuidade e para quem fizesse uma especialização ou uma pós (PEF 3).

Também não tive, nada relacionado com a deficiência física e nem esporte adaptado. Só na especialização (PEF 4).

Neste sentido, embora que os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física (BRASIL, 1997), tenham recebido críticas em relação a sua concepção e abordagem epistemológica é relevante constatar os seus objetivos no ensino fundamental, que reforçam a participação dos estudantes. “Atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais” (BRASIL, 2001, p. 43).

Além do que foi citado sobre a aquisição do conhecimento, sobre esporte adaptado e deficiência física, foi questionado aos docentes o conhecimento adquirido sobre a classificação funcional. A classificação funcional para as pessoas com deficiência física baseia-se nas habilidades funcionais a partir de suas patologias, nos quais os mesmos são submetidos a procedimentos que constata suas funcionalidades para a modalidade em questão (FREITAS; SANTOS, 2012).

Na classificação funcional é integrada as funções e a estrutura do corpo, que deve ser entendida como vida ativa e participativa. Dessa forma, a deficiência não deve estar atrelada a incapacidade, pois a deficiência é ausência de função e estrutura do corpo, podendo gerar uma limitação no desenvolvimento das atividades do cotidiano. Assim, as atividades motoras desenvolvidas pelos estudantes com deficiência física, ativam possibilidades de movimentos que auxilia o professor de Educação Física no planejamento de suas aulas e, ao estudante para que se conheça dentro das capacidades funcionais em que se encontra (MELLO; VITAL; SILVA, 2012).

No que se refere às atividades pedagógicas nas aulas de Educação Física, e limitação do estudante, não pode ser entendida pelo professor de Educação Física, em suas avaliações motoras como uma incapacidade do estudante com deficiência física, pois só o mesmo pode contextualizar sua restrição de participação e desempenho (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2004).

Neste sentido, as competências para a atuação como professor de Educação Física de estudantes com necessidades educacionais especiais, compreende uma organização de ambientes que permitam o desenvolvimento de atividades motoras adequadas ao processo específicos na aprendizagem do estudante com deficiência física para a implementação da metodologia do ensino da Educação Física (CRUZ, 2008).

Os dados do estudo indicam que o conhecimento sobre a classificação funcional é restrito para os participantes, sendo que todos os professores de Educação Física responderam que não conheciam a classificação funcional e afirmam que na formação inicial e continuada dos professores, não foi evidenciado este conteúdo, sendo que o conhecimento agregado sobre o tema, foi adquirido informalmente.

Um dos exemplos citados pelos professores entrevistados foi pela mídia nos Jogos Paralímpicos de 2016. Eles entenderam como os deficientes participavam das modalidades, também nas experiências em projetos e alguns no acompanhando de equipes em eventos

Paradesportivos puderam conhecer, mas confirmam que não conhecem especificamente.

Evidenciou-se que o conhecimento da classificação funcional, não esteve presente na formação inicial e nem na formação continuada. Uma reflexão precisa ser feita com relação à falta de formação dos professores de Educação Física sobre a classificação funcional em dois aspectos: o primeiro evidencia-se através de breves contextualizações histórica sobre classificação funcional. Destaca-se que esta surgiu num contexto médico para dar uma resposta à área da medicina com os tratamentos reabilitatórios desenvolvidos para soldados mutilados pós-guerra.

O segundo aspecto está relacionado à Educação Física que estabelece a relação com a classificação funcional apenas em 1988, mediante o enfoque motor, voltado para cada modalidade esportiva. Desde então, vem se difundindo as duas áreas de conhecimento, nas federações responsáveis pelas modalidades Paralímpicas (FREITAS; SANTOS, 2012), um tempo considerado recente para um amadurecimento teórico e metodológico. Analisando estes aspectos, podemos refletir que a classificação funcional ainda é um desafio na formação inicial e continuada do professor de Educação Física.

4.3 OS PROCESSOS MEDIADORES DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICAS

A prática pedagógica e a inclusão dos estudantes com deficiência física, ambas se comunicam no ato das informações permeadas nos depoimentos de cada professor de Educação Física entrevistado. O processo da entrada dos estudantes com deficiência física nas aulas de Educação Física, foi analisado a partir de três aspectos, que incidem no processo de inclusão educacional dos estudantes com deficiência física nas aulas de Educação Física. O primeiro, mediação das atividades propostas durante a aula, o segundo, estratégias do professor de Educação Física para inclusão do estudante com deficiência física e o terceiro refere-se à relação interpessoal do estudante com deficiência física.

4.3.1 Mediação das atividades propostas durante a aula de Educação Física

Uma das práticas pedagógica em que os professores estejam conscientes de seu papel de mediador da aprendizagem, deve estar contemplada de fatores políticos, pedagógicos, culturais e organizacionais que priorizem a inovação e inserção de todos os estudantes na aula. Assim, na prática das aulas de Educação Física a mediação inclusiva só será possível quando a compreensão e o conhecimento fizerem presentes no cotidiano de todos os estudantes (ALVES; DUARTE 2013). Então, a maneira como o professor conduzirá a aula, o envolvimento e a compreensão das atividades propostas com suas implementações, se torna condição para que realmente aconteça a inclusão educacional.

Os professores quando indagados sobre a avaliação das potencialidades dos estudantes com deficiência física, apontam alguns desdobramentos, relacionados com a avaliação da disciplina de Educação Física, a construção da relação interpessoal e funcionalidade do estudante, a escola como um espaço para avaliar, a evolução do estudante no processo de aprendizagem e o respeito às condições e ações nas atividades na aula de Educação Física.

Na avaliação da disciplina de Educação Física tem muitos questionamentos, tal como apresenta o professor de PEF 19, ao enfatizar que Educação Física ainda apresenta-se frágil nas questões de como avaliar os estudantes em geral. Ao mencionarem sobre esta situação os professores relatam os poucos recursos e instrumentos para avaliar durante as práticas, pois na maioria das vezes, ele tem que acompanhar os estudantes durante as atividades propostas em aula, então a preocupação de como fará as anotações necessárias para as avaliações dos estudantes tanto para com deficiência física ou não. Mesmo assim o professor traz à tona a seguinte problemática para avaliação dos estudantes.

Acho que chegou num problema, gente tá indo menos do que podia, ou indo um pouco mais do que devia (PEF 19).

A construção da relação interpessoal e funcionalidade do estudante com deficiência física para construção da avaliação das potencialidades foram destacadas por quatro professores de Educação Física investigados. Eles relatam que avaliar o estudante com deficiência física se torna uma caixa de surpresa, a avaliação é perspectivada mediante ao comparecimento dos estudantes nas aulas, tornando uma ação pedagógica complexa, pois nem sempre o estudante comparece à aula de Educação Física mesmo estando na escola.

Como avaliar um aluno com deficiência, então é difícil o que eu tomo muito por base é se eles comparece na aula, só que assim eu não posso também levar só isso por básica. Muitas vezes estão na escola, mas eles não comparece na aula de Educação Física, aí eu tenho que ficar perguntando para os amigos o fulano foi na aula ou não veio. Mas eles não estão na minha aula (PEF 20).

Como não tem essa relação, não tem essa ação imediata (PEF 01).

Na avaliação dele, não sei se ele tem interação, seria de terceiros para ele, não dele para outros, porque não sei a manifestação dele, ele não fala. Eu acho bem difícil assim, então tenho que sentar com os outros professores, pois não quero escrever besteira na avaliação (PEF 09).

Assim as relações interpessoais se comunicam dentro e fora da escola e, além disso, devem permear a aula de Educação Física no sentido de fortalecer as estratégias para o profissional de Educação Física. É notório que as preocupações vão além da formação inicial e as experiências de vida contam muito nas relações para inclusão dos estudantes com deficiência física. Uma questão nos faz refletir, quais são os aspectos que aproximam o professor de um estudante com deficiência física? Será que um dos aspectos seria juridicamente, politicamente, pedagogicamente ou suas relações pessoais (SOARES; CARVALHO, 2012).

Essa relação das avaliações de potencialidades dos estudantes com deficiência pode-se perceber que se constroem com os professores de educação especial para juntos elaborarem estratégias pedagógicas avaliativas coerentes e condizentes com as características de cada estudante. Os investigados enfatizam que este sistema de avaliação dos estudantes com deficiência física é delicado e considerado como preocupante, no entendimento de que nas escolas a avaliação é expressa por notas, que classificam o estudante por um número, não retratando o real aprendizado do conteúdo da disciplina.

Portanto, é destacado pelos professores a utilização de um relatório ou parecer descritivo sobre as relações interpessoais e as suas funcionalidades perante a evolução do conhecimento e desenvolvimento

do estudante. Desta forma, teremos a compreensão do aprendizado até o presente momento.

A gente vai fazer um relatório colocando o que foi trabalhado, onde ele apresentou dificuldade ou não. Então assim, as habilidades que eu trabalhei, até então ele conseguiu ter um desempenho satisfatório em tudo. A prova teórica também, embora ele tendo comprometimento cognitivo, ele conseguiu dar conta de fazer, ele tem um tempo um pouco maior para fazer. Converso com o pessoal da sala multimeios para ver como é que se organiza isso, se ele pode ficar com auxiliar um tempo Extra (PEF 21).

Dentre os relatos, como desenvolvem avaliações das potencialidades três professores expõem que a escola não seria um espaço para avaliar ou que não há embasamento teórico para avaliar os estudantes com deficiência física. Este dado revela a carência no que tange o conhecimento do professor sobre a mediação da estrutura da aula que promova a inclusão, bem como a sistematização o aprendizado dos estudantes.

Todavia, os professores, revelam que a parceria com a sala multimeios poderia auxiliar neste processo, mas alegam que a escola não seria o melhor espaço para avaliar adequadamente todos os estudantes. Sendo que, indagam os que já trabalharam em outros locais em que há um protocolo para acompanhar o desenvolvimento com relação à parte motora das crianças com deficiência física, mas não dentro da escola.

Temos poucos recursos para avaliar. E nesse caso eu sinto em falta para avaliar (PEF 19).

Com relação ao desenvolvimento do estudante no que se refere às funções durante o processo da aprendizagem, 11 professores descrevem que a avaliação das potencialidades é o processo de partida e chegada, sendo que a avaliação será acompanhada nas relações de ganhos em questões emocionais, questões afetivas, questões de socialização. Nessa análise do potencial tem que se tomar cuidado para não avaliar algo que realmente o estudante com deficiência física não consiga desenvolver, por isso que a mediação das atividades para evidenciar as potencialidades necessita uma coerência no desenvolvimento dessa prática.

Nossa, essa é uma coisa que essa palavra avaliação é muito complicado. Porque eu acho que é uma coisa muito pessoal, que na verdade, no meu entendimento, qualquer avaliação que tem que partir da onde a pessoa se encontra hoje, antes dela receber qualquer tipo de intervenção, onde ela estava antes, no ponto x e depois do passar do tempo determinado, olhar ela conforme trabalhando uma área, outra área, ver se a pessoa evoluiu da onde ela estava, para um pronto diferente. E aí posso ir para pessoa, colocar uma meta que a pessoa consiga atingir. Assim, ver que legal, agora vamos propor um novo desafio e trabalhando. Acho que mais nessa coisa de ver o que a pessoa pode evoluir dentro da limitação que ela tem. Porque ela sabe a limitação dela e pode evoluir, até onde só ela é possível descobrir (PEF 08).

Hoje eu estou avaliando tal movimento, e daí eu faço as minhas anotações, na quadra é mais difícil de fazer e quando eu pego um caso específico, que eu quero avaliar especificamente um aluno com deficiência, tem essa questão também, porque eu estou prestando atenção nos outros vinte e daí nela a gente precisaria de mais em curso. Eu tenho essas anotações, eu tenho as planilhas, em geral eu vou avaliar um período específico do ano, então a gente aqui é trimestre eu avalio em fevereiro, depois metade de maio, metade agosto e metade de novembro. Mais ou menos essa divisão e aí nesses períodos eu vou propor atividades que eu preciso participar menos, atividades que eles estejam mais craques, eu coloco eles para participar e utilizo minhas planilhas para avaliar (PEF 19).

No contexto das atividades propostas pelos professores nas aulas de Educação Física com a inclusão de alunos com deficiência, a questão da avaliação deste se tornou mais evidente nas falas dos docentes, o que gera uma determinada insegurança ao avaliar. No entanto, é emitido pelos professores que o respeito às condições e ações de atividades na aula de Educação Física recebe a atenção dos investigados.

As metodologias adotadas pelos professores nas suas aulas estão atreladas as condições sociais em que estes estão envolvidos, refletindo nos estudantes com deficiência física e seus colegas as manifestações na aula (SOARES; CARVALHO, 2012). Deste modo, o planejamento, organização didática e estratégias, são fundamentais para envolver os estudantes dentro de seu contexto biopsicossocial pertencentes a eles, tornando-se uma ponte do sucesso nas aulas de Educação Física.

4.3.2 Estratégia do professor para a inclusão do estudante com deficiência física

A mediação das atividades com os estudantes com deficiência física é permeada desde a entrada no contexto escolar, pois a aceitação pelos colegas e pelos professores ainda é um fato a ser discutida na formação inicial e na literatura da área da Educação Física.

A interação entre a direção, orientação pedagógica, professor auxiliar, professor regente, professor da sala multimeios e professor de Educação Física promove a aquisição de um conjunto de saberes inclusivos que permite a percepção das potencialidades dos estudantes. Cabem aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado elaborar materiais pedagógicos diferenciados das atividades pedagógicas propostas pelos professores em sala de aula (SOARES; CARVALHO, 2012), bem como das atividades pedagógicas da Educação Física, pois cada professor terá suas particularidades na mediação do conhecimento específico de sua área formativa.

Na compreensão das relações interpessoais dos professores de Educação Física, os dados foram analisados considerando os primeiros contatos dos professores com estudantes com deficiência física, o olhar do docente em relação à entrada dos estudantes nas aulas e a estratégias que os docentes utilizam para o atendimento do estudante.

Com relação ao primeiro contato do professor com estudantes com deficiência física, quatro relatos apontam o entendimento que cada caso é um caso, ou seja, as experiências com as limitações é oportunidade todos aprenderem e amadurecerem que a igualdade vai além de gestos motores nas aulas de Educação Física com relação ao esporte, é necessário vivenciar a equidade como um equilíbrio para que possamos incluir o deficiente.

Meu primeiro aluno deficiente foi meu filho, um cadeirante. Aí eu aprendi como era difícil essa postura do professor que se assusta, se nega, não quer. Tinha professor que saiu da escola, porque

teve um aluno cadeirante, a 20 anos atrás. Tinha um aluno cadeirante, eu por ser pai de um aluno especial, acho que estava mais aberto (PEF04).

Analisando as falas dos professores de Educação Física, nove retratam que os primeiros contatos com os estudantes com deficiência física é uma nova descoberta, é conquistar a confiança deles e ao mesmo tempo demonstrar que podem confiar no professor. Este será uma pessoa que entenderá suas limitações e, no momento em que confia, conseguirá interagir com seus colegas construindo, assim, o conhecimento sobre si mesmo, sobre suas limitações, potencialidades que serão repensadas numa perspectiva mais positiva.

Três professores entrevistados trouxeram em suas falas, a relação diferenciada perante as demais disciplinas escolares e que a Educação Física traz uma empatia com todos os estudantes, fato que não seria diferente com os deficientes físicos, ação que se torna uma estratégia de inclusão. Essa afirmação dos professores pode ser avaliada tendo em vista que a Educação Física é mesmo uma disciplina em que crianças e adolescentes se sentem mais livres, mas com relação ao afirmar que é uma disciplina inclusiva, é coerente enfatizar que a inclusão pode tornar-se uma estratégia se assumida pelos professores de Educação Física, com aporte de um aprofundamento teórico e metodológico, bem como a ampliação de estudos sobre deficiência física.

Eu me senti [...] no sentido de desafio, de fazer às minhas atividades, em tudo, conseguir ter um equilíbrio e de fazer a vida dele melhor possível dentro da comunidade, dentro das minhas aulas. Então isso eu fui conquistando aos poucos, com leitura e conversando bastante com estudante, escola e família (PEF 11).

No entanto, os estudantes com deficiência física podem ser estimulados por atividades em que haja exemplos e repetições, para promover adaptações necessárias para o âmbito educacional, como na saúde em vários ambientes desafiando que o educando crie seus próprios estímulos motores (ISRAEL; BERTOLDI, 2010).

Todavia, cinco docentes entendem que se constrói um trabalho inicial antes do ingresso dos estudantes com deficiência física na escola, mas a responsabilidade de envolver todos os educandos no contexto da escola é dos professores. Revelam ainda que é prazeroso vê-los se divertindo sabendo que este trabalho pedagógico consciente, interativo é proporcionado por estratégias facilitadoras de inclusão do estudante com

deficiência física. Para uma consolidação dos educandos no espaço escolar, precisamos entender a valorização de sua participação funcional no processo de aprendizagem motor. Pois o entendimento do movimento humano é de estratégias que surgem das interações e das necessidades de cada pessoa (ISRAEL; BERTOLDI, 2010).

Ao analisar os dados sobre as estratégias do professor para entrada do estudante com deficiência física nas aulas de Educação Física, os dados permitiram identificar a percepção dos professores frente adaptação e escolha das estratégias e alternativas adotadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com os estudantes com deficiência física. Desta forma, as relações de acolhimento dos mesmos são afirmadas por nove docentes investigados, pois estes entendem que se faz necessária uma adaptação na escola levando em conta as potencialidades que devem ser desenvolvidas.

A realidade escolar, embora tente estabelecer uma situação de adequação e coerência na inserção do estudante com deficiência física, ainda apresenta barreiras tanto estruturais como pedagógicas que inviabilizam a inserção adequada e propriamente dita do estudante no contexto das escolas públicas e privadas. Cabe destacar, que a escola é uma organização onde a educação formal existe, mas é nela que as relações se consolidam tanto como nas famílias, nas ruas e em todos os grupos sociais que a vida nos permeia (PILETTI, 2014).

A relevância de uma sala multimeios na escola também faz parte das estratégias de inclusão nas aulas de Educação Física. Esta estratégia adotada nos dados é contemplada no fato de a escola ser um polo no atendimento educacional especializado e traz uma segurança para os professores, pois é onde se desenvolve uma triagem e se planeja estratégias para que o estudante com deficiência consiga acompanhar sua turma nas atividades pedagógicas.

Relatam ainda, alguns professores, que o fato de a escola não ser um polo em que as professoras de Educação Especial vêm esporadicamente de outra escola, acaba se tornando uma pessoa estranha, a não ser, que seja um profissional que trabalhe há muito tempo com aqueles estudantes, mas se os estudantes forem novos, é necessário estabelecer e fortalecer vínculos.

Os educandos alegam não saber o que fazer com o aluno que apresentam dificuldade, indagam sobre como ensinar a quem pressupostamente não aprende, não fala, não vê, não ouve, não move, não desenha, não brinca, não age da forma que aprendemos a reconhecer como normal, típica,

adequada, da forma que institui-se na escola como indicadora de aprendizado e de desenvolvimento (SOARES; CARVALHO, p. 71).

Afirmam ainda, os docentes, que sem a presença dos profissionais de Educação Especial não há tempo hábil para fazer as reuniões periódicas, pois não se encontram na escola todos os dias. Com a presença destes profissionais todos se sentem mais confiantes e as atividades pedagógicas mais confortáveis tanto para os professores quanto para os estudantes com deficiência física. Assim sendo, é necessário que este vínculo se torne mais uma estratégia de inclusão nas aulas de Educação Física.

A não interação dos estudantes com deficiência física nas aulas, está relacionada também, com a falta de informação do seu próprio eu, e de sua própria funcionalidade do corpo. Este dado retrata que na sistematização das estratégias durante as aulas, o afastamento está atrelado a ideia da perfeição do corpo para a participação de uma aula condicionada motoramente.

Os professores relatam, ainda, que não podem obrigar os estudantes com deficiência física a participarem das aulas, mas que precisam buscar estratégias para que o mesmo participe, sendo que alguns enfatizam sua preferência em respeitar a decisão do estudante, que devido sua condição física não se consideram aptos. No entanto, precisamos analisar estes argumentos, pois quando temos a obrigatoriedade de levar todos os estudantes a participarem das aulas, como vamos respeitar essa decisão de não participação, se esta interação seria a melhor maneira de entender as limitações do estudante com deficiência física.

O desenvolvimento da criança começa pelo reconhecimento de sua própria corporeidade, considera a via de organização corporal em que todo ser humano estabelece relações com indivíduos e objetos que fazem parte do seu ambiente (MOLLAR; ALVES, 2013, p. 90).

Os professores ao entenderem como se a aula de Educação Física seria algo excludente, onde somente os corpos “correntes” integram ao movimentar-se, não compreendem a importância da confraternização da corporeidade inserida na aula de Educação Física. Ressaltamos que a identificação do que eles podem e, o que eles não podem fazer auxilia no planejamento das atividades e nas opções de escolha das estratégias

pedagógicas para que o estudante possa participar, pois a sua autonomia precisa ser trabalhada para que haja interesse e demonstra felicidade em participar. Salientamos o quanto é importante o professor de Educação Física utilizar jogos para que os estudantes com deficiência física e seus colegas entendam o reconhecimento de si mesmos e das próprias habilidades de ação e suas capacidades de inter-relacionar (MOLLAR; ALVES, 2013).

4.3.3 Relação interpessoal dos estudantes com deficiência física

A interação entre a direção, orientação, professor auxiliar, professor regente, professor da sala multimeios e professor de Educação Física se tornam um conjunto de saberes inclusivos que permite a percepção das potencialidades dos estudantes. Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado elaboram materiais de cunho pedagógico e não confundidos com as atividades pedagógicas da sala de aula (SOARES; CARVALHO, 2012), e das atividades pedagógicas da Educação Física, pois cada professor terá suas particularidades na mediação do conhecimento específico de sua área formativa.

É de fundamental importância para o estudante com deficiência física, que seus colegas de classe tenham conhecimento das condições de saúde, dos materiais de locomoção necessários, equipamentos adaptáveis para a prática das aulas, das limitações e capacidades, fazendo com que o estudante com deficiência física e seus colegas potencializem a relações do convívio educacional (ALVES; DUARTE, 2013).

Evidencia-se que a interação do estudante com deficiência física e seus colegas, faz com que a relação entre eles se torne uma das estratégias de inclusão nas aulas de Educação Física. Para que todas estas possibilidades de ações que efetivamente, exige que o professor de Educação Física trabalhe com a inclusão em suas aulas, então, é entender como as partes se constroem o conhecimento durante a vida educacional (ISRAEL; BERTOLDI, 2010).

A relação entre a escola e a família são fatores determinantes para a construção de informações biológicas, patológicas e funcionais e de como se constitui a deficiência ao longo do tempo. Neste ínterim, analisamos como este processo acontece nas escolas sobre olhar e o conhecimento do professor de Educação Física nas relações escola e família do estudante.

Os pais são as pessoas mais indicadas para apresentar aos professores as possibilidades e

limitações de seus filhos. Pais observadores saberão detectar os gostos, as inclinações e as aptidões dos filhos. Todas essas informações são preciosas para o sucesso do trabalho do professor (PILETTI, 2014, p. 54).

Observou-se que 12 docentes retrataram que a família não chega ao professor de Educação Física para conversar sobre o seu filho, e a relação de aproximação da família fica restrita. A percepção dos professores em relação à família é que a mesma simplesmente vem na escola, entrega na porta o estudante e não troca informações. O pouco contato que o professor tem são os relatos que o professor de Educação Especial repassa, não que a família tenha informado algo, ação que é perceptível nas falas.

A percepção que eu tenho com a mãe de um deles é que ela simplesmente vem na escola, entrega na porta e também não gosto muito de conversar, ela não troca informações comigo, ela só entra e entrega a criança com pressa e sai percebo sempre isso (PEF 01).

Se acontece é através da professora de educação especial. Porque a família não chega no professor (PEF 03).

As escolas com a sala multimeios fazem seu papel em solicitar informações do estudante com deficiência física para seus familiares. Os educadores e a família precisam estar em comunicação, pois precisam estimular a participação do educando nas atividades pedagógicas, porque quanto mais contato, mais contribuição na reabilitação e gradativamente com a inclusão educacional (BRASIL, 2006).

Os resultados revelam que quando se promove ações em conjunto, levando em conta as condições físicas do estudante, suas informações patológicas e seu convívio social fortalecem o desenvolvimento da prática pedagógica da aula de Educação Física, pois depende desse apoio da família para a consolidação da dinâmica de um bom trabalho. Quando há o apoio da família, o trabalho pedagógico funciona com mais propriedade, sem medo que algo possa prejudicar o estudante, ou seja, atitudes pedagógicas equivocadas podem prejudicar a saúde e o desenvolvimento do estudante.

Mesmo as professoras de Educação Especial fazendo essa ponte entre a família, é preciso ter um envolvimento com outras áreas do

conhecimento que são desenvolvidas na escola, pois cada uma tem suas especificidades não estando atrelada só na alfabetização e conceitos pedagógicos. A inclusão educacional é uma construção dinâmica, realizada em conjunto com todos os profissionais da educação, familiares e toda sociedade (PILETTI, 2014; SOARES; CARVALHO, 2012).

Um dado preocupante é o receio dos pais ao se referirem ao medo que é evidente. Os relatos dos professores destacam que os pais demonstram a preocupação com os seus filhos quando inseridos na escola, principalmente na aula de Educação Física, uma vez que acreditam que eles podem ficar expostos e o sentimento em deixar ou não deixar participar das aulas vai além do diagnóstico. Os professores relatam que os pais têm muito medo do que pode acontecer, pois as crianças e adolescentes passam ou já passaram, por muitos procedimentos cirúrgicos e no entendimento deles, as atividades da aula de Educação Física podem prejudicar. A confiança entre a escola e a família do estudante com deficiência física, só é possível desde que ambos se interessem na estimulação de iniciativas para fortalecer pais e professores (PILETTI, 2014).

Com relação à interação do estudante com deficiência física e seus colegas, 13 respostas relataram da não compreensão dos colegas com os estudantes com deficiência física, pois a não aceitação se dá pela falta de informação e muito mais pela incompreensão das relações do corpo mutável.

Acontece um pouco, em alguns momentos as crianças tem essa inclusão. Eu percebo que eles não se incluem eles ficam isolados. Hora do recreio por exemplo, eu percebo que eles ficam muito isolados. Porque as crianças querem correr, querem se movimentar [...] Mas sempre tem uma criança que vai conversa e da mais atenção especial (PEF 03).

Os docentes relatam também sobre a dificuldade de fazer com que o estudante com deficiência física participe das aulas, isso se deve em parte pelo medo de não ser aceito, mas também está relacionada a uma contingência física que lhe impõem limitações de movimento. Desta forma a aparente retração é uma resposta a condição de espectador do vir a ser.

Vou te dizer mais especificamente dela, que ela a gente não consegue, eu sinto que eles querem

puxar ela para fazer, participar, mas ela não quer, muito retraída, então o profissional que leva ela fica lá. Eu convido e pergunto: vamos participar da aula, quando estamos estudando o handebol coloco a bola de handebol pertinho. Até hoje não consegui e com os alunos também, eles até tentam também, mas eu não vejo um avanço com ela. É muito difícil. “Então ela não tem uma interação com os colegas?” Na sala de aula no dia da prova a amiguinha até ajudou a tirar as coisas da mochila, tirou lápis, caderno. Mas na minha aula pratica não (PEF 15).

Tenho 35 estudantes e dois com deficiência, cinco que é difícil controlar, dependendo da atividade não se motivam. É um desafio, pois eles não entende, tem atividades para turma que é muito chata que para os estudantes com deficiência física é complexo. Então, ter que deixar eles desenvolvendo outras atividades, depender do espaço, as vezes tem só uma aula, tudo tem os desdobramentos pois gente trabalhar a conscientização, muitos não entendem, não aceitam, né! Tem gente que tem preconceito (PEF 06).

Os demais professores evidenciam em suas falas que as relações entre os estudantes, tanto aqueles com deficiência física e seus colegas, permite a interação de suas diferenças, e não faz com que se afastem um do outro. A conscientização tem que ser construída na interação com todos.

Olha, eu acho que é bem tranquila, pelo menos na Educação Física o que eu noto que eu tenho o apoio das crianças, elas mesmas já tomam iniciativa, pegam no braço e vão, é tranquilo (PEF 08).

Aqui e todos os alunos que eu tive, que foram especiais, foram bem aceitos, isso bem interessante. É, uma boa aceitação com eles. Eles, até são voluntários para ajudar, para fazer o trabalho na prática, sempre tem alguém junto, não fica sozinho, tá sempre em dupla, trio (PEF 04).

A perspectiva inclusiva fica um pouco mais evidente no cenário escolar, tendo em vista a análise do que o professor quis dizer sobre como ele trabalha na perspectiva inclusiva, de maneira igualitária com todos os estudantes. Eles acreditam que é importante fomentar e dar sustentação, pois não tem o controle do que os estudantes com deficiência física e seus colegas vivem nos seus lares. Então o olhar sobre as crianças e adolescentes com deficiência física devem ser diferenciados, já que a grande preocupação dos professores que eles não sejam vistos com o olhar do preconceito, olhar da diferença como inferioridade, pois somos iguais na condição de humanos, mas esta humanidade se apresenta nas diferenças identitárias.

4.4 A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL NO OLHAR DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA SUA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Na análise da percepção dos professores de Educação Física acerca da classificação funcional no desenvolvimento da sua prática pedagógica com vista à inclusão de estudantes com deficiência física, os dados evidenciaram que dos 23 professores entrevistados, 16 afirmaram a importância da classificação funcional no contexto escolar. Considerando os relatos dos professores de Educação Física, identificamos o quanto a classificação funcional por meio de sua avaliação, pode contribuir no processo de estruturação dos procedimentos pedagógicos para incluir os estudantes com deficiência física. O conhecimento sobre a classificação funcional se torna uma estrutura de conhecimento positiva para inclusão, pois a deficiência nesta perspectiva, não está vinculada a ideia da incapacidade, por mais que haja uma limitação do movimento dos estudantes, os professores de Educação Física relataram o quanto precisam entender projetando o que se pode trabalhar para além da deficiência de cada estudante.

Então a classificação... até, são duas coisas, a gente ter o resultado da classificação, vai ajudar em nosso planejamento, mas a gente saber fazer a classificação vai ajudar a gente a olhar pelos nossos alunos, não só os alunos com deficiência, no fim a gente consegue contemplar todos por que a gente pode olhar para eles com um olhar mais embasado, mais criterioso (PEF 19).

Neste ínterim, os docentes relataram a importância de se ter parâmetros para avaliar a funcionalidade levando em conta as especificidades da deficiência física. A partir deste processo, identificar-se-ão as potencialidades biopsicossociais de cada educando. Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física, descrevem que avaliação tanto para os estudantes quanto para o professor, devem ser estratégias que mencionam os avanços e as dificuldades dentro do processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2001).

Eu também tenho como avaliar se em determinados movimentos ele vai aproveitar mais, se ele vai conseguir fazer melhor, se em determinados movimentos devo evitar, porque pode ter mais dificuldade e ser até perigoso. Eu vou ter possibilidades de propor atividades que ele tenha mais sucesso (PEF 19).

Então eu acho que é válido. Quem sabe isso sendo incluído no decorrer dos anos facilita até no planejamento para a gente pensar em algumas atividades, para não ficar naquelas aulas esporádicas. Assim teríamos mais aulas diversificadas e até aulas mais atrativas. Pensando nesse lado (PEF 06).

Eu acredito que eles vão ter uma vida muito melhor do mesmo jeito que as outras crianças, terão ter oportunidades melhor no futuro, na saúde, nas questões emocionais. Acho que são essas duas coisas, bom de a gente ter essa avaliação e no sentido de ter o resultado da avaliação, mas também vai ser importante fazer, para eu poder olhar para eles com esse olhar (PEF 19).

Assim os professores ressaltam que desenvolveram seus planejamentos pedagógicos para as aulas de Educação Física com mais propriedade. A individualidade e os limites de cada estudante sendo respeitado, faz com que a classificação funcional faça parte da Educação Física e na escola. A avaliação escolar para a inclusão será um processo contínuo em que medir as práticas proposta durante a aula de Educação Física, “pressupõe outros comportamentos pelo avaliador, como julgar, observar, comparar, e interpretar” (PILETTI, 2014, p. 51).

Acho muito importante ter um diagnóstico mais específico, mais aprofundado que com certeza iria melhorar as aulas, Eu acho muito importante mesmo, porque às vezes a gente tem essas dúvidas, por mais que conheça, conversa com pais, tem essa parte de que ali no meio da aula é muito corrido, tudo muito em cima da hora, quando a gente vê, terminou a aula. Então, é importante ter um estudo aprofundado (PEF11).

Eu acho que pode eu acho que viria nos ajudar bastante até por saber detalhadamente o que cada um pode ou não fazer não pelo achismo não pelo ver aí eu acho que ele pode fazer isso, mas sinto numa classificação científica né eu acho que ajudaria bastante eu acho que pode ser colocado sim nas aulas de educação física (PEF 13).

O professor deverá fazer alguns questionamentos perante o avaliado, quais são os canais de comunicação que garantam detectar as necessidades do estudante com deficiência física (BRASIL, 2006). Em outra perspectiva, dois professores de Educação Física nos reportam que classificação funcional não deveria ser necessariamente desenvolvida no ambiente escolar, pois entendem que a classificação funcional seria uma segregação dentro da escola, que seria mesmo só num caráter competitivo.

Não. Não acredito, porque há uma diferença no esporte de competição e no esporte dentro da escola. O esporte fora da escola são duas coisas diferentes sim, eu acredito nessa colocação. Mas quando se tem resultados é quantitativos, na escola a gente quer resultados qualitativos (PEF 14).

Eu acho que não necessariamente, porque de certa forma vai se agregar a turma e até porque tem turma que tem um por exemplo. Então como que eu vou classificá-lo desta forma, então como eu vou classificar nessa categoria. E os demais não tem como integrar ele na turma, então se for fazer isso na escola, eu entendo que não a inclusão do aluno especial. Essa segregação dentro da escola não caberia eu acho, até porque ela vai pela linha de inclusão social de todos, até dos alunos

especiais. Para esporte de alto rendimento, claro né, evidente o caráter competitivo vai ter que ter (PED 09).

Os professores entrevistados ressaltam que a Educação Física não é exclusivamente motora, mas que tem outras questões como a sociabilidade, o convívio, as questões da cognição, como também das regras sociais e dos valores. Então, eles acreditam que se a classificação funcional fizesse parte de um projeto, talvez coubesse na aula de Educação Física, pois afirmam que a aula de Educação Física tem outra proposta na escola, isto é, que para ensinar é necessário avaliar, pois estas concepções é que vão fundamentar as práticas pedagógicas. “As práticas inclusivas são práticas mediadoras e que no cotidiano escolar serão visualizadas por meio da interação, do registro, acompanhamento, do fazer e pensar (PILETTI, 2014, p 52).

Sim, sim, a partir dessa classificação o professor pegaria para seu objetivo, eu iria utilizar para desenvolver minhas atividades, os técnicos para as deles, o professor pedagógico também, só gosto de frisar, que a escola não é um lugar para esporte de rendimento para todos os alunos (PEF 08).

Houve quatro professores que descreveram suas preocupações no que se refere ao processo da classificação funcional na escola, pois acreditam ser relevante na prática pedagógica do professor de Educação Física, mas que devem ter um cuidado para que não ultrapassem os limites do uso didático pedagógico dentro da escola.

Assim sendo, acredito que a condução das entrevistas ganhou profundidade nas análises dos questionamentos baseando nos objetivos propostos neste trabalho. Os relatos e as vivências se estabelecem como fatores importantes de uma aproximação do entrevistado com o pesquisador (KAUFMANN, 2013), apontaram os desdobramentos em que as respostas evidenciavam que a deficiência física faz parte de uma contingência humana e a inclusão é algo que deve ser vivenciada nas relações sociais e pedagógicas.

Ao finalizar esta reflexão sobre a compreensão da classificação funcional para a funcionalidade do estudante com deficiência física, foram investigadas, no contexto escolar da Educação Física, em que houve a necessidade de reflexões acadêmicas sobre a inclusão nas aulas, as limitações físicas e experiência de cada estudante. Portanto, a inclusão como processo educacional depende de uma transformação da

prática educativa, para que a pessoa com deficiência física possa buscar seu desenvolvimento psicossocial e cultural, e assim ter a sua dignidade humana reconhecida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de pesquisa tive a oportunidade de interagir com os gestores responsáveis pela Educação Especial na Rede Municipal de Educação de Florianópolis, e à medida que explicitava a relevância de se estabelecer uma linguagem entre a classificação funcional e a prática pedagógica dos professores de Educação Física, foi se delineando a possibilidade de desenvolver a Classificação Funcional Escolar.

Assim, durante o processo da realização da Classificação Funcional com estudantes com deficiência física pude observar alguns aspectos em que levei em conta a experiência de vida pessoal, acadêmica e profissional com relação ao corpo e sua funcionalidade da deficiência física e os desafios da inclusão educacional.

Outro aspecto relevante, diz respeito as avaliações na escola, que foi preciso ser interpretada como se fosse um quebra cabeça, onde se juntou todas as informações possíveis, os relatos de como foi a gestação, o parto e o que o médico e especialista relataram sobre o nascimento, bem como nos primeiros dias de vida, se a mãe visualizou algo diferente em seu bebê, quais os tratamentos que foram realizados, a quanto tempo vem trabalhando com a reabilitação de seu filho, se teve algum acontecimento que resultou em traumas, quando iniciou os tratamentos após diagnóstico confirmado, enfim, foi um momento de relato de vida do estudante com deficiência física e seus familiares.

Observou-se também como aspectos importantes o primeiro contato com o estudante com deficiência física como: o cumprimento, a postura de sentar, o que utiliza para se deslocar, a resposta aos estímulos na hora da avaliação, o tempo de concentração nas atividades motoras propostas, os dias que vai à aula, quantas horas fica na mesma posição, como ele assina o nome, ou como se comunica, quais os espaços que utiliza na escola, com quem ele se relaciona. Estas e outras observações relatadas pela família, pelas professoras da sala de multimeios e principalmente do que observei no primeiro contato com este estudante, serviu-me como base para desenhar em minha mente o percurso pelo qual comecei a classificação funcional escolar deste estudante.

Neste quebra cabeça, verifiquei que apenas algumas crianças fazem atividade física, e as que não fazem não participam nem das aulas de Educação Física, segundo relato dos próprios pais. Assim como não ter lesões e comprometimento psicomotor com este atendimento insuficiente? Foi a partir daí que comecei a entender o que aconteceu

com estas crianças, e concluo que a vida ativa destes estudantes é muito curta.

Considero que todas as pessoas possuem limitações motoras, mesmo que não possuem diagnósticos, elas precisam de atendimento especializado, imagina estas crianças e adolescentes com diagnóstico da deficiência física ao nascer ou adquiridas, para além da deficiência elas necessitam de um atendimento intensivo.

Então como profissional de educação física e que já trabalha com a classificação funcional no esporte, na hora da finalização das entrevistas com os professores de Educação Física e na classificação funcional dos estudantes com deficiência física, compreendi o quanto que essa metodologia auxiliaria no reconhecimento da condição humana e a entender suas especificidades físicas, pois este é um grande desafio para nós educadores, fazer com que as mesmas tenham resultados positivos na sua funcionalidade motora e biopsicossocial.

Na interação constante e intensa com os professores das escolas polo por conta da pesquisa de campo e, também no desenvolvimento da classificação funcional escolar com os estudantes, percebi que alguns profissionais que trabalham com estudantes com deficiência, esperavam por atividades prontas. Argumentei que há algumas modalidades nos esportes paralímpicos que são específicas para algumas deficiências, mas que no desenvolvimento da prática pedagógica do professor de Educação Física, é muito mais uma mudança de atitude em relação à deficiência. Existe sim criatividade metodológica por parte dos professores que atuam com pessoas com deficiência física, mas há, primeiramente, conhecer as crianças e adolescentes com quem se atua, assim a classificação funcional escolar nos remete ao como se percebe todos os estudantes da escola. Portanto é preciso entender quais as limitações do público com quem se trabalha, de onde eles vêm, o que eles fazem...

É bom lembrar que o contexto sócio histórico e cultural é fundamental para se realizar uma prática pedagógica consciente e interativa, como por exemplo, uma experiência vivenciada por mim como professora de dança de um projeto extensão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro - Negro Educação, vinculado a Universidade do Planalto Catarinense onde iniciei minha graduação em Educação Física. Sempre que iniciava a atividade eu pedia para todos tirarem os calçados, pois na época não tínhamos sapatilhas, mas num dia muito frio o contrário (não tirar o calçado) e um estudante me disse que precisava tirar o tênis, pois não poderia correr o risco de rasgá-lo, porque no outro dia o seu irmão usaria. No momento parei e pensei, como abordaria aquela

situação, deixá-lo tirar o tênis com menos de -2C° no município de Lages SC, ou me reorganizar nas atividades, ou seja, aplicar uma atividade mas que ninguém tirasse o tênis e não corresse tanto risco de rasgá-lo. Este relato aparentemente não tem a ver com a inclusão educacional de deficientes físicos, mas como profissional de Educação Física que trabalha como classificadora funcional, define como classificação funcional é saber entender as especificidades de todos os estudantes.

Portanto, as aulas de Educação Física podem se tornar um espaço de práticas pedagógicas e corporais em que há percepção das limitações dos estudantes, através das relações interpessoais, pois é uma disciplina que sai do contexto metódico de sala de aula, é dinâmica e ocupa vários espaços dentro da escola. Assim, as relações do contato interpessoal constroem uma socialização plural nas atividades didático-pedagógicas, em que o professor de Educação Física pode possibilitar aos estudantes com deficiência física a interagirem com seus colegas na sua linguagem corporal, explorando os sentidos, no contato corpo a corpo, pegar não pegar, sentir ou não sentir, ver ou não ver. Com isso será possível a percepção do quanto o motor e o cognitivo são elos motivadores do processo de inclusão educacional.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R.C. et al. **Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico**. São Paulo: Manole, 1985.

PFEIFER, L.I.; CRUZ, D.M.C. Avaliações do Brincar e suas Evidências para a Prática do Terapeuta Ocupacional no Campo da Educação Especial. In: ALMEIDA, M.A.; MENDES, E.G.; HAYASHI, M.C.P.I. (Org.). **Temas em Educação Especial: Múltiplos Olhares**. Araraguara/SP: Junqueira&Marin: Brasília: CAPES – PROESP, 2008. p. 403-409.

ALVES, M.L.T.; DUARTE, E. Inclusão Educacional: aspectos legais. In: ALVES, M.L.T.; MOLLAR, T.H. DUARTE, E. (Org.). **Educação Física Escolar: Atividades Inclusivas**. São Paulo: Ed. Phorte, 2013, p. 19-30.

ALVES, M.L.T.; DUARTE, E. O Aluno com Deficiência Física Motora. In: ALVES, M.L.T.; MOLLAR, T.H. DUARTE, E. (Org.). **Educação Física Escolar: Atividades Inclusivas**. E. São Paulo: Ed. Phorte, 2013, p. 57-78.

MOLLAR, T.H. ALVES, M.L.T. **Jogos e Brincadeiras Folclóricas**. In: ALVES, M.L.T.; MOLLAR, T.H. DUARTE, E. (Org.). **Educação Física Escolar: Atividades Inclusivas**. São Paulo: Ed. Phorte, 2013, p. 89-90.

BARRETO, S.J. **O Lugar do Corpo na Universidade**. Blumenau: Acadêmica, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN. **Investigação Qualitativa em Educação uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Editora, 2006.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário

Oficial da União, Brasília, v. 134, n. 248, 31 dez. 1996, p. 27.833-27.841, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria Nacional de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. V. 7, 3 Ed. Brasília: 2001.

BRASIL, **Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta prioriza atendimento para promoção da Acessibilidades das Pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília: 2004.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: Deficiência Física**. Brasília: 2006.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. SEESP. Brasília: MEC, SEED, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Especial. Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade**. Brasília: 2010.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015**, Define as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial em Nível Superior. Diário Oficial da União. Brasília: 2 de julho de 2015. Seção I p. 8-12.

BRETON, D. L. **A Sociologia do Corpo**. Vozes, Petrópolis: 2006.

BURIGO, S.A.C.O. **Educação Inclusiva: uma questão de formação de educadores para a diversidade o que pensam os graduados do curso de pedagogia semipresencial da Unijuí**. Unijuí, Ijuí: 2002.

CARMO, A. A. **Deficiência Física: a Sociedade Brasileira Cria, “Recupera” e Discrimina.** MEC – Secretaria de Desporto, Brasília: 1991.

CRUZ, G. C. **Formação Continuada de Professores de Educação Física em Ambiente Escolar Inclusivo.** Londrina: Eduel, 2008.

FIORINI, M. L. S. **Concepção do professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência 2011.** 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista: 2011.

FREITAS, P.S.; SANTOS. S. S. Fundamentos Básicos, da Classificação Esportiva para Atletas Paralímpicos. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico.** São Paulo, Atheneu: 2012. p. 45-49.

GORLA, J.I.; DUARTE, E. Pessoa com Deficiência. In: GORLA, J.I.; CAMPANA, M.B.; OLIVEIRA, L.Z. (Org.). **Teste e Avaliação em Esporte Adaptado.** São Paulo, Phorte: 2009. p. 23-37.

GORLA, J.I. (Org.). **Teste e Avaliação em Esporte Adaptado.** São Paulo, Phorte: 2009.

ISRAEL, V.L.; BERTOLDI, A.L.S. **Deficiência Físico-Motora: Interface entre Educação Especial e Repertório Funcional.** Curitiba, Ibex: 2010.

KAUFMANN, J.C. **A Entrevista Compreensiva: Um Guia para Pesquisa de Campo.** 3. ed. Maceió: Vozes, 2013.

LIZ, R.A.C. de. **Identidade Nacional Brasileira e a Educação: Homogeneidade x Pluralidade Cultural 2001.** 97f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis: 2001.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, N.G.A Radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro: v. 11, n.33, 2006.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria C.S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. Hucitec-Abrasco, São Paulo-Rio de Janeiro: 2010.

MUNSTER, M.A.V.; AVERSAN, T. Estratégias de sensibilização para a inclusão no contexto da educação física escolar. In: CHICON, J.F.; RODRIGUES, G.M. (Org.). **Práticas pedagógicas e pesquisa em educação física escolar inclusiva**. Vitória: EDUFES, 2011.

NASCIMENTO, J.V.; FARIAS, G.O. Construção da Identidade Profissional em Educação Física: da formação á intervenção. In: FARIAS, G. O.; NASCIMENTO, J.V. **Construção da Identidade Profissional**: Metamorfoses na Carreira Docente em Educação Física. Florianópolis: UDESC, 2012. p. 61-76.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF)**. Incapacidade e Saúde. Trad. Do Centro Colaborador da OMS para a Família de Classificações Internacionais. São Paulo: 2004.

OLIVEIRA, Cristina Borges. Adolescência, inclusão de deficientes e educação física. **Lecturas**: Revista Educación física y deportes, n. 82, p. 17, 2005.

PILETTI, A. C. C. **Entre os Fios e o Manto**: Tecendo a Inclusão Escolar. Loyola, São Paulo: 2014.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade da diferença**. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal. Rio Janeiro: 1995.

SCHIRMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. **Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Física**. Brasília: Cromos, 2007.

SILVA, R. F.; SEABRA, L. Jr.; ARAÚJO, P. F. **Educação Física Adaptada no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2008.

SILVA, O. M. A. **A Epopeia Ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

SOARES, M. A. L.; CARVALHO, M. F. **O Professor e com Aluno Deficiente**. São Paulo: Cortez, 2012.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

WINCKLER, C.; MELLO, M. T. Esporte Paralímpico. In: PEDRINELLI, V, J.; NABEIRO, M. (Org.). **A Prática do Esporte pela Pessoa com Deficiência na Perspectiva da Inclusão**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 20-25.

_____. Esporte Paralímpico. In: PEDRINELLI, V, J.; NABEIRO, M. (Org.). FREITAS, P. S.; SANTOS, S. S. **Fundamentos Básicos da Classificação Esportiva para Atletas Paralímpicos**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 45-49.

_____. Esporte Paralímpico. In: PEDRINELLI, V, J.; NABEIRO, M. (Org.). SILVA, A.; VITAL, R.; MELLO, M. T. de. **Deficiência, Incapacidade e Limitação que Influenciam na Prática do Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 51-61.

ANEXOS

ANEXO 1 - Carta para a Secretaria de Educação de Florianópolis



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE DESPORTOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

À
Gerência de Formação Permanente
Ref.: Projeto de Mestrado

Venho por meio deste solicitar a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, no setor de Gerência de Formação Permanente, a autorização para a realização da pesquisa intitulada “A classificação funcional de estudantes com deficiência física: a percepção docente e os processos inclusivos nas aulas de Educação Física”. Este estudo visa analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da classificação funcional no desenvolvimento da sua prática pedagógica para a inclusão de estudantes com deficiência física.

Para tanto, serão visitadas as 23 escolas municipais que disponibilizam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), as quais apresentam o trabalho com estudantes com deficiência física. Assim, será realizada uma entrevista semiestruturada com os professores de Educação Física, no intuito de atingir o objetivo do estudo.

Prof^a. Dr^a. Gelcemar Oliveira Farias
(Pesquisadora Responsável/Orientadora)

Karla Costa de Liz
(Pesquisador Principal/Mestranda)

ANEXO 2 - Carta para a Escola



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO
DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Ao
Diretor (a)
Ref.: Projeto de Mestrado

Venho por meio deste solicitar a direção da escola _____, a autorização para a realização da pesquisa intitulada “A classificação funcional de estudantes com deficiência física: a percepção docente e os processos inclusivos nas aulas de Educação Física”. Este estudo visa analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da classificação funcional no desenvolvimento da sua prática pedagógica para a inclusão de estudantes com deficiência física. Assim, será realizada uma entrevista semiestruturada com os professores de Educação Física, no intuito de atingir o objetivo do estudo.

Prof^a. Dr^a. Gelcemar Oliveira Farias
(Pesquisadora Responsável/Orientadora)

Karla Costa de Liz
(Pesquisador Principal/Mestranda)

ANEXO 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Prezado (a) participante da pesquisa,

Considerando a Resolução nº. 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde e as determinações da Comissão de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, temos o prazer de convidá-lo a participar da pesquisa de mestrado intitulada “A classificação funcional de estudantes com deficiência física: a percepção docente e os processos inclusivos nas aulas de Educação Física”. O estudo servirá de base para a elaboração de uma dissertação de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como ao Laboratório de Pedagogia do Esporte (LAPE) do Centro de Desportos, ressaltando que a pesquisadora responsável atenderá as exigências deliberadas nesta resolução.

O estudo tem como objetivo principal, analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da classificação funcional no desenvolvimento da sua prática pedagógica para a inclusão de estudantes com deficiência física. Especificamente, pretende-se: averiguar o processo de inclusão educacional dos estudantes com deficiência física nas aulas de Educação Física; constatar a descrição da deficiência dos estudantes com deficiência física nas aulas de educação física; investigar a comunicação entre professor de Educação Física, escola família e o estudante com deficiência física; identificar as estratégias que o professor utiliza no desenvolvimento da prática pedagógica para a realização da classificação funcional dos estudantes com deficiência física; estabelecer uma linguagem comum com a classificação funcional e a prática pedagógica dos professores de educação física.

Espera-se que esta pesquisa contribua para futuros estudos na área, assim como no melhor entendimento do processo de aprendizagem do professor com relação ao estudante com deficiência física. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão de contribuir com a produção do conhecimento sobre a percepção dos professores de

Educação Física acerca da classificação funcional no desenvolvimento da sua prática pedagógica para a inclusão de estudantes com deficiência física. Portanto, não haverá compensação financeira. Não haverá nenhuma forma de reembolso de dinheiro já que a sua participação na pesquisa não acarretará nenhum gasto ou despesa adicional. Caso, para sua participação, você dispender de algum gasto, o mesmo será reembolsado. Ressaltamos que a investigação apresenta riscos mínimos nos fatores psicológicos e sociais, pois os procedimentos não ocasionarão constrangimento ao participante, bem como serão evitados possíveis danos decorrentes desses procedimentos, no que se refere a sua prática pedagógica ou fatores que podem causar emoção. Além disso, neste momento, será suspensa a entrevista e reagendada para o instante no qual o entrevistado tenha condições de respondê-la. Destacamos, que será apresentado previamente o roteiro de entrevista, sendo mantida a descrição total no momento de coleta de dados, para evitar futuras situações constrangedoras.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo apresentado em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder dos pesquisadores e a outra com o sujeito participante da pesquisa, ambas assinadas pelos pesquisadores. Ressaltamos que sua identidade, assim como suas respostas serão mantidas em sigilo, e que as informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos, sendo que cada sujeito será identificado por número e somente os pesquisadores terão acesso a este dado. Você poderá retirar-se do estudo a qualquer momento. Diante de quaisquer danos causados pela pesquisa ao participante, o mesmo será indenizado pelos pesquisadores, conforme a responsabilidade indelegável e indeclinável. Não haverá nenhuma forma de reembolso de dinheiro, visto que sua participação na pesquisa não acarretará nenhum gasto. Agradecemos, desde já, sua colaboração e participação, e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

NOME DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Gelcemar Oliveira Farias, **ENDEREÇO:** Rua Itaguaçu,701/603, São José – SC. **CEP:** 88110-790, **TELEFONE:** (48) 9660-5835. **E-mail:** fariasgel@hotmail.com

NOME DA PESQUISADORA PRINCIPAL: Karla Costa de Liz, **ENDEREÇO:** Rua Fernando Machado, 261, Bairro Centro, CEP 88010510, **TELEFONE:** (48) 91509887, **E-mail** kaka.liz@hotmail.com

NOME DA PESQUISADORA PRINCIPAL: Karla Costa de Liz, **ENDEREÇO:** Rua Fernando Machado, 261, Bairro Centro, CEP 88010510, **TELEFONE:** (48) 91509887, **E-mail** kaka.liz@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos –
CEPSH/UFSC. Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), R:
Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 901, Trindade,
Florianópolis/SC. CEP: 88.040-400. Telefone: (48) 3721-6094. E-mail:
cep.propesq@contato.ufsc.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO
DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
TERMO DE CONSENTIMENTO**

Declaro que fui informado, de forma clara e objetiva, sobre todos os procedimentos da pesquisa intitulada: “A classificação funcional de estudantes com deficiência física: a percepção docente e os processos inclusivos nas aulas de Educação Física”. Estou ciente que todos os dados a meu respeito serão sigilosos e que posso me retirar do estudo a qualquer momento. Assinando este termo, eu concordo em participar deste estudo. Agradecemos, desde já, sua colaboração e participação, e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Nome por extenso: _____

Assinatura: _____

Local, data: _____, ____/____/____

Karla Costa de Liz
(Pesquisador Principal/Mestranda)

ENDEREÇO: Rua Fernando Machado, 261, Bairro Centro, CEP 88010510, TELEFONE: (48) 91509887, E-mail kaka.liz@hotmail.com

Prof^a. Dr^a. Gelcemar Oliveira Farias
(Pesquisadora Responsável/Orientadora)

ANEXO 4 - Termo de consentimento para fotografias, vídeos e gravações



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS – CEPESH

CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS, VÍDEOS E GRAVAÇÕES

Permito que sejam realizadas fotografias, filmagens ou gravações da minha pessoa para fins da pesquisa científica intitulada “A classificação funcional de estudantes com deficiência física: a percepção docente e os processos inclusivos nas aulas de Educação Física” e concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à minha pessoa possam ser publicados em eventos científicos ou publicações científicas. Porém, a minha pessoa não deve ser identificada por nome ou rosto em qualquer uma das vias de publicação ou uso, e que as fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade e guarda do grupo de pesquisadores do estudo.

Assinatura do pesquisador

Nome do pesquisador para contato: Karla Costa de Liz
Número do telefone (49) 9956-2281. **E-mail:**
kaka.liz@hotmail.com

Endereço: Rua: Fernando Machado, 261, Centro, Florianópolis

Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH
Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara)
Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, prédio Reitoria
II - Trindade, Florianópolis/SC. CEP 88.040-400. E-mail:
cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone para contato: (48) 3721-6094

**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS,
VÍDEOS E GRAVAÇÕES**

Declaro que fui informado (a) sobre todos os procedimentos da pesquisa, recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto, fui esclarecido de que todos os dados a meu respeito serão sigilosos e posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por**extenso:** _____**Assinatura do Sujeito pesquisado**_____
Florianópolis, ____/____/2016

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista com os professores de Educação Física

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE DESPORTOS DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Roteiro da Entrevista

Dados de caracterização:

1. Data: __/__/__
2. Horário: início: __: __: __
3. Término: __: __: __
4. Local: _____.
5. Idade: _____ anos
6. Sexo () Masculino () Feminino
7. Estado civil () Solteiro () Casado () Outro
8. Nível de formação: _____.
9. Tempo de atuação como professor: _____.
10. Tempo de atuação na escola: _____.
11. Tempo de atuação na escola como professor de estudantes com deficiência física: _____ anos.
12. Atuou em outros locais como professor para deficientes físicos.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Em sua formação inicial foi abordada alguma disciplina com ênfase na temática sobre deficiência física?
2. Durante o período dos estudos de formação inicial você teve alguma disciplina de esporte adaptado?
3. Você possui algum conhecimento sobre a classificação funcional?

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL NA ESCOLA

1. Qual é faixa etária dos estudantes com deficiência física?
2. Qual grupo étnico/racial destes estudantes?
3. Quanto tempo o estudante frequenta a escola regular?
4. O senhor (a) recebe o diagnóstico da patologia dos estudantes com deficiência física?
5. Eles têm alguma restrição médica para não participar das aulas?

6. O estudante com deficiência física que está sobre sua responsabilidade toma medicamentos na aula de Educação Física
7. Os mesmos já fizeram alguma cirurgia há a pouco tempo?
8. Como é a frequência do estudante nas aulas de educação física?
9. Sabe identificar se os estudantes têm outras deficiências associada a deficiência física?

PRÁTICA PEDAGÓGICA E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIENCIA FÍSICA

1. Como ocorreu a entrada dos estudantes com deficiência física em suas aulas?
2. A interação entre o estudante com deficiência física com seus colegas acontece de que forma?
3. Gostaria que a senhor (a) falasse um pouco sobre a relação entre escola e família do estudante com deficiência física?
4. Como se dá a interação entre professor (a) e estudante deficiência física?
5. Como se sentiu quando teve o primeiro contato com estudantes com deficiência física?
6. Quais estratégias o senhor (a) usa para fazer com que o estudante com deficiência participe das aulas de educação física?
7. Como faz a avaliação das potencialidades dos estudantes com deficiência física?
8. Considerando que a classificação funcional adotada no esporte paraolímpico, consiste em executar um nivelamento com a deficiência e as potencialidades físicas e técnicas do paratleta, incorporando cada classe funcional em seu grupamento, permitindo assim, uma prática paradesportiva mais justa e na competição equiparada. O senhor (a) acredita que a classificação funcional pode ser utilizada no contexto escolar e, mais especificamente nas aulas de Educação Física?